

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CLARA LEMME RIBEIRO

**MIGRAÇÃO FEMININA E MOBILIDADE DO TRABALHO: MULHERES BOLIVIANAS
EM SÃO PAULO**

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CLARA LEMME RIBEIRO

**MOBILIDADE DO TRABALHO E MIGRAÇÃO FEMININA: MULHERES BOLIVIANAS
EM SÃO PAULO**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de
Geografia sob orientação do Prof. Dr.
Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2015

¿Publicar? ¿Publicar cuando hasta los mejores publican 1.071% veces más de lo que debieran publicar? ... Yo no tengo, ni deseo tener, sangre de estatua.

Oliverio Girondo, 1922

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

ao Dieter, pelas conversas;

ao Carlão, pela paciência infinita;

à banca, pela disposição para o diálogo;

ao grupos de estudo, especialmente ao de Geografia e Gênero e aos de leitura coletiva da Roswitha, pela formação;

às bolivianas, por aceitarem participar desta pesquisa;

às amigas e amigos, pelo apoio.

Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

RESUMO

O Brasil é considerado um dos principais destinos para migrantes bolivianos, que se concentram na região metropolitana de São Paulo e vão trabalhar em pequenas oficinas de costura. Entre eles, há um grupo grande de mulheres que tem de lidar com questões como cuidado familiar, trabalho doméstico, desigualdades de gênero e maior vulnerabilidade. Nosso objetivo é estudar estas mulheres, considerando histórias de vida, motivações para migração e projeções para o futuro, focando-se nas relações de família e trabalho e nas mudanças ocorridas após a sua chegada em São Paulo, considerando a formação de redes sociais e os processos de inserção na sociedade brasileira. O trabalho de campo teve uma fase inicial de preparação e de aproximação do grupo de imigrantes bolivianas para, em seguida, focar-se na realização de entrevistas. Na cidade de São Paulo, elas se inserem no setor da costura, trabalhando em pequenas confecções, em que realizam para além da costura o trabalho doméstico dentro das oficinas, que pode ser remunerado ou não, sendo áreas exclusivamente femininas a cozinha e a limpeza. As mulheres costumam trabalhar nas máquinas de trabalhos mais simples, cuja remuneração por peça é menor, deixando as tarefas de maior remuneração aos homens. Além disso, as mulheres também recebem menos porque trabalham menos tempo, para poder se dedicar às atividades reprodutivas, a saber, o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças. Em um contexto de crise do trabalho, a força de trabalho se mobiliza em busca de se vender e, no setor da costura, em que há poucas possibilidades de modernização, é preciso precarizar o trabalho na forma de longas jornadas e péssimas condições para alcançar os níveis de concorrência internacionais. Este processo atinge particularmente as mulheres, que realizam as tarefas consideradas inferiores, fora da esfera do valor e do trabalho: as atividades reprodutivas e o cuidado familiar. Neste contexto, a força de trabalho feminina torna-se um ponto fundamental deste processo de precarização do trabalho.

Palavras-chave: mobilidade do trabalho, migração feminina, bolivianas.

ABSTRACT

Brazil is regarded as one of the main destinations of Bolivian migration, that concentrate in the Metropolitan Area of São Paulo and work on garment industry sweatshops. Among them, there is a large group of women that has to deal with issues such as family care, domestic work, gender inequalities and greater vulnerability. Our aim is to study those women, regarding life stories, motivations to migration and future projections, focusing on family and work relations and on the changes occurred after their arrival in São Paulo, also considering the formation of social networks and insertion processes in Brazilian society. The field work had an initial phase of preparation and approach of the Bolivian immigrant group so that it could focus on interviewing women of said community. In the city of São Paulo, they work on the garment industry, on sweatshops, where besides the sewing activities they are also responsible for the domestic work, which can be paid or not, being cooking and cleaning exclusive feminine areas. Women tend to work on easier machines, that pay less per piece, leaving most rentable chores to men. Furthermore, women also are paid less because they work fewer hours, in order to dedicate themselves to domestic activities and children care. In a work crisis context, labor force is mobilized in order to sell itself and, in the garment industry, in which there are few possibilities of modernization, it is mandatory to precarize work in long journeys and terrible conditions to reach the levels of global competition. This process hits women in particular, who are responsible for chores considered inferior, out of value and labor sphere: reproductive activities and family care. In this context, feminine labor force becomes a key issue in the precarization of work conditions.

Key words: labor mobility, feminine migration, Bolivian women.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	p. 8
CAPÍTULO I: A DUPLA CONDIÇÃO DE MULHER E MIGRANTE.....	p. 18
1. Histórico da migração boliviana e trabalho imigrante no setor de confecção.....	p. 19
2. Mulheres bolivianas na Bolívia e em São Paulo.....	p. 29
3. Geografia, migração e crise.....	p. 42
CAPÍTULO II: TRABALHO FEMININO NAS OFICINAS DE COSTURA.....	p. 51
1. Teoria da dissociação-valor e divisão sexual do trabalho.....	p. 52
2. Trabalho doméstico nas oficinas de costura.....	p. 58
3. Precarização do trabalho feminino nas oficinas de costura.....	p. 64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 73

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada se origina, ela própria, de um percurso de mobilidade: no ano de 2012, fiz um intercâmbio para a cidade de Córdoba, Argentina. Lá, com o objetivo de comparar abordagens teóricas entre aquela universidade e a Universidade de São Paulo (USP), refiz disciplinas que já havia cumprido, entre elas a de migrações, chamada em terras argentinas de *Movilidad territorial*. Com base na perspectiva sócio-demográfica, eram discutidos, principalmente, os novos fluxos migratórios latino-americanos e as suas tendências atuais, entre as quais a chamada *feminização da migração* me chamou atenção. Segundo as estatísticas apresentadas no curso, a tendência predominava para os grupos de bolivianos e peruanos.

Retornando à USP, me envolvi com os debates sobre geografia e gênero que começaram a aparecer a partir da iniciativa de estudantes que, interessadas no tema, sentiam falta de apoio acadêmico e institucional para realizar pesquisas na área, tomando para si a responsabilidade pela própria formação.

A partir do ano de 2013, surge a possibilidade de aproximar o debate de gênero daquele da mobilidade do trabalho, através da pesquisa do grupo de mulheres bolivianas em São Paulo sobre o qual, a princípio, não sabia nada. Nos textos clássicos sobre migração boliviana (p. ex. Silva, 1997), a questão de gênero chega a ser mencionada, mas não aprofundada. Como frequentemente acontece, a *dissociação de gênero* é colocada como mais um ponto num amplo temário de aspectos de um dado fluxo migratório, mas raramente ou nunca como seu princípio estruturante. Encontrei, durante o primeiro levantamento bibliográfico, apenas um trabalho de pós-graduação específico sobre mulheres bolivianas (cf. Rezera, 2012).

O que este e outros trabalhos acadêmicos, de abordagem mais geral sobre a migração boliviana, tinham em comum, por outro lado, era a afirmação de que o trabalho de campo com bolivianos e bolivianas era difícil porque eram pessoas muito tímidas, avessas a entrevistas e contatos com brasileiros. No entanto, a abordagem feita em diversas pesquisas não partia de um contato prévio maior com os imigrantes, mas limitado ao momento da entrevista.

A partir destas considerações decidi fazer o trabalho de campo por meio de uma instituição de assistência e, após algumas visitas, a mais indicada pareceu ser o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), que foca seu campo de atuação nos imigrantes latino-americanos. Segundo uma das funcionárias, a maior comunidade atendida é a boliviana, seguida de colombianos, peruanos e paraguaios, nesta ordem. A minha inserção na instituição foi o voluntariado como professora de português e na organização de eventos, a partir dos quais tive contato direto e contínuo com um grupo amplo de imigrantes.

Os procedimentos adotados como trabalho de campo acabaram por abrir caminho para um diálogo profundo com as interlocutoras de pesquisa, baseado em um contato cotidiano e em uma continuidade da conversa. É uma tentativa, ainda que inicial, de lidar com os limites do campo e da relação entre pesquisadora e objeto, para continuar sendo desdobrada. A nossa opção de trabalho de campo permitiu um acúmulo de convivência que esperamos que transpareça ao longo do trabalho. Esta experiência mais ampla de trabalho de campo permitiu, inclusive, o recorte do objeto e do tema de pesquisa a partir de questões sugeridas pelo próprio empírico e criou a possibilidade de um caminho de pesquisa por dentro do grupo de mulheres bolivianas em São Paulo. Por outro lado, o caráter contínuo de nosso trabalho de campo permitiu que ele acontecesse junto com a sua reflexão, colocando-o em um processo dinâmico de realização e crítica.

É necessário ressaltar também que o trabalho de campo realizado através de uma instituição é feito com um grupo específico de imigrantes, que são aquelas que tem acesso ao CAMI. Em geral, tem mais acesso a informação e percorrem redes sociais mais amplas, que abrangem inclusive esta dimensão institucional. A maioria destas mulheres tem origem urbana periférica; o que de forma alguma contraria dados que indicam um grande contingente de população boliviana de origem rural residente em São Paulo¹. Indica, mais provavelmente, que a origem urbana pode facilitar a expansão das redes sociais após a migração e, também, um perfil dos imigrantes que frequentam os cursos dominicais do CAMI.

Nesse sentido, dentre as muitas considerações feitas por Walter Benjamin no ensaio “O Narrador”, algumas nos são particularmente úteis para pensar os limites e as possibilidades do trabalho de campo em migrações. A dificuldade reside, em primeiro lugar, em se prevenir de uma abordagem invasiva e até mesmo agressiva daquelas que a pesquisadora propõe como objeto de pesquisa. Mais difícil, no entanto, é manter na prática do trabalho de campo a crítica dos papéis de pesquisadora-pesquisada, sem abrir mão da realização do trabalho de campo e da investigação empírica em si, momento que, de fato, dá sentido à pesquisa ao exigir da teoria o seu próprio desvendamento.

Por isso, optamos por uma longa fase de preparação das entrevistas com as migrantes bolivianas, de forma a desenvolver também uma reflexão sobre o trabalho de campo no processo da sua realização. A necessidade desta reflexão justifica o procedimento adotado, de criar um contato

¹ Em conversa com Dr. Francisco, médico da Unidade Básica de Saúde do Bom Retiro, que atende as oficinas de costura do bairro por meio do Programa Saúde da Família, há muitos imigrantes bolivianos, mulheres inclusive, de origem rural que não passaram pelos grandes centros urbanos antes de chegar a São Paulo. Segundo ele, há uma grande diferença de “mentalidade” entre as mulheres de origem urbana e rural; estas teriam “uma mentalidade do Brasil de 50 anos atrás”. Para o médico, estão em situação de maior vulnerabilidade, em parte por conta da dificuldade com a língua, já que não falam sequer espanhol, apenas quecha ou aymara; circulam menos pela cidade e ficam mais fechadas nas oficinas.

cotidiano com as migrantes através da aula de português. Apesar da possibilidade descrita, esta escolha traz também os seus limites: cria uma relação transversal à pesquisa que é a de professora-aluna, criando também uma outra hierarquização além das que estão colocadas a priori no processo de pesquisa: pesquisadora-pesquisada, relações de classe, etnia e nacionalidade.

A leitura de Walter Benjamin, neste caso, é sugerida por Maria A. Moraes Silva e Marilda A. de Menezes (Menezes e Silva, 2007), ao analisar as narrativas de migrantes temporários, propondo “o surgimento de um novo processo de narrar, portanto, a ressignificação das histórias contadas antes do início da migração” (p. 69) dentro da perspectiva da história oral. Destacam as autoras que Benjamin sugere, em seu ensaio, o fim da narração: “ (...) a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente... Uma das causas deste fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIN, 1994, pp. 197-198).

Para ele, a crise da experiência e, portanto, da narrativa, tem fundamento no desenvolvimento das forças produtivas, em função das novas tecnologias da comunicação como das novas relações temporais. Seria a passagem da experiência à vivência ligada à transformação das sociedades artesanais a industriais. Menezes e Silva (2007) discutem os conceitos de experiência e vivência em Benjamin para analisar as trajetórias de migração. Paira no ar a pergunta: todo aquele que conta sua história é um narrador? Menezes e Silva (2007) parecem partir desta premissa, ou pelo menos permitir aos migrantes a condição de narradores mesmo que não estejam, necessariamente, no campo da experiência de Benjamin. A defesa das autoras é a da permanência da transmissão oral, principalmente no momento do retorno, como mediadora da modernidade e da tradição e, portanto, da vivência e da experiência.

Nos aproveitamos do trabalho das professoras como uma permissão para buscar, na reflexão da narrativa benjaminiana, elementos para a discussão sobre nosso trabalho de campo com migrantes bolivianas. O foco das nossas entrevistas foi a trajetória migrante destas mulheres, principalmente em relação ao trabalho: o que faziam nos seus lugares de origem, por que decidiram migrar, como foi sua inserção laboral e urbana até o momento da entrevista. Deste longo exercício de relação entre teoria e prática, pudemos retirar alguns apontamentos.

Em primeiro lugar, é necessário atentar com delicadeza ao momento em que a migrante é colocada, insuspeitamente, no papel de narradora de sua trajetória. Cria-se um momento artificial, em que essa narração não parte de uma espontaneidade ou de uma necessidade da transmissão oral da vivência, mas de uma exigência externa enviesada e objetiva, dentro das determinações do trabalho acadêmico. À pesquisadora cabe reconhecer o incômodo desta exigência. Por isso, validamos as conversas informais como momento de pesquisa e narrativa, ainda que induzidas pela

pesquisadora, como momento mais espontâneo e de uma relação pesquisadora-pesquisada que tenta se extrapolar, assim como as discussões feitas em aula e depoimentos públicos, que contemplam a narração que parte da necessidade de transmissão oral daquela que relata sua história.

Por outro lado, Benjamin, fazendo o percurso histórico do esgarçamento da narrativa, indica que a nova forma de comunicação da burguesia em formação, possibilitada pela imprensa (enquanto instrumento), é a informação. “(...) a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível 'em si e para si'. (...) é indispensável que a informação seja plausível” (BENJAMIN, 1994, p. 203).

A passagem acima justifica a escolha de um trabalho de campo que busque como seu objeto a narrativa, mais que a informação. Reconhece-se, aí, que a narrativa não é passível de verificação, podendo mudar de acordo com o ouvinte ou com a própria narradora, conforme ela projete o seu presente sobre seu passado. Além disso, a narrativa não pode ser compreendida fora do seu contexto e, portanto, não é compreensível em si e para si dentro de um corpo rígido de verdades. A trajetória narrada torna-se a possibilidade de costura de um processo que tece linhas de continuidade e ruptura entre os acontecimentos rememorados e o momento da sua narração.

As autoras Menezes e Silva (2007) chamam também a atenção para os silêncios: aqueles momentos que são pulados, cortados, relevados na narração da trajetória. Podem ser momentos dos quais a migrante tem vergonha (principalmente ao fazer seu relato para aqueles que ficaram) ou de violência extrema, como os judeus entrevistados por Benjamin que silenciavam as torturas dos campos de concentração. No caso das mulheres bolivianas, isso é particularmente significativo para as trajetórias marcadas pela violência doméstica, que muitas vezes não é contada, apagando-se do relato. Às vezes, a figura masculina do namorado, amigo, pai ou até atravessador aparece e desaparece, reaparece, entrecortando a narrativa conforme a linha daquela que conta. Muitas vezes, escondem violências e abandonos.

Em nossa pesquisa, C. X., boliviana de 22 anos, em conversa informal, anuncia e silencia, contraditoriamente, o momento da sua migração. Afirma, primeiro, que veio a São Paulo porque tinha parentes, conhecia pessoas aqui, já na área de costura, mas logo emenda: “e também para fugir de problemas, fugir de coisas que estavam acontecendo comigo por lá, sair um pouco da cidade e da faculdade”. Estes “problemas”, não revelados, podem ser de qualquer ordem; impõe-se a força do não-dito como momento da narrativa. Indicam, no entanto, rupturas profundas na história destas mulheres que subjetivamente motivam a sua migração.

O sentido que a narrativa toma, aqui, é o de explicitar as formas particulares dos processos sociais. Nas entrevistas de trajetória, aparecem, concretamente, a mobilidade do trabalho e o valor-dissociação definindo os percursos individuais destas mulheres. A partir daí, abre-se a possibilidade

de desvendar tudo aquilo que acontece *às costas das sujeitas* e que, ao mesmo tempo, compõe as suas subjetividades e a realização concreta das suas vidas. Ainda, atentando para a nossa condição de pesquisadora que tampouco consegue se despir de uma consciência fetichizada.

É preciso, então, tomar novas precauções. A teoria do valor-dissociação já nos alerta a fugir de uma identificação necessária entre os momentos do empírico e da teoria, sabendo desde que antes que eles podem ser confrontar contraditoriamente, sem retirar a validade de um ou de outro, convidando apenas a novas reflexões sobre os processos sociais em curso. Contempla-se, aí, o contraditório, o não-idêntico, o inesperado do ponto de vista da teoria que ressalta o qualitativo e particular de cada trajetória.

O que tomou a dianteira foi, portanto, um pensamento classificador, que não é capaz de examinar a qualidade especial, 'a própria coisa' não totalmente coincidente com o conceito, não sendo capaz de perceber ou de aguentar as correspondentes diferenças, rupturas, ambivalências, etc. (SCHOLZ, 2004, p. 3)

Por exemplo: a percepção, por parte das migrantes, de que há uma autonomia adquirida a partir da migração², não contradiz o valor-dissociação como princípio estrutural geral (Scholz, 2004), mas precisa ser pensada dentro deste contexto, em relação dialética com processos de violência que envolvem a migração e com processos sociais de autonomia pelo trabalho e pelo dinheiro.

De todo jeito, Roswitha Scholz (2004) nos previne de ir a campo buscando comprovações de um pensamento teórico correto, acabado e verificável, como aquela informação de Benjamin, mas sugere uma postura aberta para um processo de reflexão que parte do trabalho de campo e só tem sentido a partir deste e dos conhecimentos teóricos exigidos para a reflexão crítica sobre o processo social encontrado empiricamente.

Também já não pode ser possível uma reivindicação positiva dos papéis de pesquisadora e pesquisada que não se veja contraditoriamente no processo de produção do conhecimento. O alerta, aí, parte de Dieter Heidemann:

O fato de a forma sujeito ser resultado da constituição do fetiche, conduz à exigência de uma crítica à forma sujeito e ao sujeito enquanto personificação. O cientista, estudioso das migrações, não trata de algo externo, não trata de construções científicas objetivas. Nas formas de modo de ser e pensar, nas determinações da existência está presente, a priori, uma matriz para dirigir o comportamento do migrante no seu cotidiano e para orientar a reflexão do cientista. (HEIDEMANN, 2010, p. 26)

2 Cf. ASSIS, 2007, sobre migrantes brasileiras nos Estados Unidos: "(...) há uma redefinição das relações de gênero: as mulheres, em geral, vivenciam uma maior autonomia e *empoderamento* na sociedade de emigração, não apenas porque tem melhores ganhos, a despeito de um trabalho de baixo *status*, mas também porque atributos da feminilidade brasileira são valorizados no mercado matrimonial norte-americano, o que abre a possibilidade de relacionamentos afetivos e, através deles, da legalização" (ASSIS, 2007, p. 768).

Como comentamos, esta matriz de pensamento fetichista está presente, ao mesmo tempo, na pesquisadora e nas entrevistadas. Por um lado, nós, como acadêmicos, precisamos nos reconhecer como sujeito fetichista do conhecimento, com seu modo de pensar determinado por categorias das quais não pode despir-se: mercadoria, trabalho, dinheiro. Ao cientista cabe, também, refletir sobre o sujeito da migração na mesma relação, sujeitados aos processos que acontecem “às suas costas”.

Se a preocupação das teorias de migração e gênero é reconhecer a migração para além da escolha racional do migrante olhando para o *projeto familiar* (Assis, 2007) é preciso ir mais além na crítica da escolha racional da migrante, mesmo que assim lhe apareça: “O pesquisador das migrações não deve se limitar à aparência da ação voluntária, na qual o migrante busca satisfazer o seu interesse individual. É a reprodução do capital, como relação social contraditória que produz as necessidades e mobiliza a força de trabalho a cada momento” (HEIDEMANN, 2010, p. 31). Quando C. X. escolhe, pelas ponderações da sua trajetória, vir para São Paulo e transformar-se de estudante de arquitetura em costureira, é apenas porque a mobilidade como característica de sua força de trabalho assim lhe permite e, ao mesmo tempo, desenvolve-se na cidade uma indústria da confecção que consome trabalho imigrante a baixo custo sob os desígnios da concorrência global. É preciso, portanto, que o pesquisador seja capaz de manter a tensão entre teórico e empírico sem colocá-los em hierarquia.

Por isso também vimos a necessidade de uma fase preparatória das entrevistas, que permitisse um jogo de perguntas entre empírico e teórico que levasse a um recorte do objeto de estudo, a saber, o grupo de mulheres bolivianas residentes em São Paulo, sugerido pelo próprio objeto para o seu desvendamento no processo de reprodução crítica do capital. Nosso trabalho de campo começa, portanto, com um contato inicial e cotidiano, através das aulas de português, além de depoimentos públicos em eventos da comunidade boliviana e do CAMI; em seguida, a abordagem nas conversas informais permite um contato mais espontâneo e o surgimento de temas não induzidos, mas presentes no cotidiano destas mulheres; por fim, já nos permitimos a realização de entrevistas com foco no trabalho e na inserção no mercado laboral, tanto na origem como no destino.

Entre as mulheres que aparecem neste trabalho estão lideranças da comunidade boliviana, funcionárias do CAMI e alunas dos cursos oferecidos aos domingos (português, modelagem, informática). Os materiais coletados são entrevistas, depoimentos e conversas informais. Apresento, abaixo, os materiais que aparecem neste trabalho:

- viagem à Bolívia, cruzando a fronteira por Corumbá (MS) e passando pelas cidades de Santa Cruz de la Sierra, Sucre e La Paz;

- reunião de organização do evento *Roda de conversa*, do CAMI, para levantamento de temas sobre a realidade da mulher boliviana imigrante com C. A., funcionária do CAMI, e T., líder comunitária e locutora de programa de rádio sobre cidadania;
- o evento *Roda de conversa*, realizado pelo CAMI com três rodas de conversa: sobre violência doméstica, sobre saúde da mulher, sobre trabalho, as duas primeiras com participação exclusivamente feminina. Acompanhamos a conversa sobre trabalho e destacamos o depoimento das migrantes L. e V.;
- discussões em sala de aula com um grupo heterogêneo de imigrantes em relação a gênero, nacionalidade, trabalho;
- conversas informais com V., D., C. X., S. e G.;
- entrevistas realizadas com G., S. e C. B.;
- tabulação de dados do projeto de Agentes Multiplicadores do CAMI, realizado em diversos bairros de São Paulo e da região metropolitana, através de questionários aplicados em donos de oficinas e trabalhadores;
- conversa com Dr. Francisco Moreno, médico da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bom Retiro, agente do Programa Saúde da Família (PSF).

A trama das trajetórias narradas se costura com uma revisão bibliográfica de migração boliviana e migração feminina, além de um estudo aprofundado dos conceitos priorizados neste trabalho, a saber, a mobilidade do trabalho e a teoria do valor-dissociação.

Segundo Gaudemar (1977), o conceito de mobilidade do trabalho se define como uma característica particular da força de trabalho, única mercadoria capaz de ir ao mercado se vender. Assim, esta força de trabalho traz em seu interior uma dupla liberdade, ao mesmo tempo negativa e positiva: se, por um lado, o trabalhador está completamente desprovido das condições necessárias à realização de sua força de trabalho, está livre para dispor-se dela como mercadoria que lhe pertence. “Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel” (GAUDEMAR, 1977, p. 190); a mobilidade do trabalho conforma-se assim como momento de circulação da força de trabalho.

Esse caráter, ao mesmo tempo positivo e negativo, da liberdade do trabalhador submetido ao capital, encerra a 'liberdade de trabalho': o trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender. (...) Ser móvel significa, portanto, estar apto para os deslocamentos e modificações no emprego, na realização de trabalho abstrato, como também ser indiferente a conteúdo do trabalho, tanto quanto o capital o é, desde que tenha êxito no processo de valorização do valor. (HEIDEMANN, 2010, pp. 29-30)

O conceito de mobilidade não pode deixar de estar ligado, portanto, a um *processo* de mobilização; para que a força de trabalho se torne móvel, é preciso ser mobilizada historicamente. É preciso reconhecer o duplo mobilidade – mobilização, assim como Martins (1986) apontava o duplo trânsito e transição para os processos migratórios. Para além de um momento inicial de mobilização para o trabalho abstrato, é possível pensar que para cada fluxo migratório há um processo histórico interno de mobilização da força de trabalho para fora do território nacional, como há para o caso boliviano a partir de um processo interno de crise econômica e precarização do trabalho, que não deixam de estar ligados às dinâmicas globais. Como afirma Heidemann (2010),

(...) a nova migração maciça, desde o final do século XX, é consequência de uma nova crise sócio-econômica da terceira revolução industrial, que possui diretamente um amplo caráter global. (...) Os “obsoletos” estão sendo expelidos para circuitos subordinados, seja como empresários da miséria na circulação (ambulantes etc.), seja como força de trabalho em condições precárias ou, então, caem em miserabilização absoluta. (HEIDEMANN, 2010, pp. 20-21)

Assim situada a mobilidade do trabalho, nos cabe estudar como usar o conceito para pensar a migração feminina. Propomos que a reflexão sobre o sujeito migrante se faz sobre um sujeito *sexualmente neutro*³, sem consideração às particularidades de gênero que interferem profundamente nos processos migratórios. O conceito de mobilidade do trabalho nos sugere que a migração não pode ser pensada fora da esfera do trabalho, para a qual também vemos a necessidade de estender a discussão de gênero.

Portanto, a pesquisa aqui apresentada tem como questão central a discussão sobre trabalho e crise do trabalho, em ressonância com Roswitha Scholz, que afirma que as categorias da modernidade (trabalho, valor, dinheiro, entre outras) não podem ser pensadas de forma sexualmente neutra. Assim, pretendemos discutir o trabalho e a sua crise desde uma perspectiva de gênero, particularmente da mulher. Estudamos, para isso, o trabalho feminino nas suas manifestações críticas, a saber, a sua precarização e a tendência global de feminização dos fluxos migratórios.

A teoria do valor-dissociação, desenvolvida pela autora em diversos textos, caracteriza a estrutura social moderna como um patriarcado, em que o valor e as categorias que a ele se associam são determinadas como necessariamente masculinas, enquanto tudo aquilo que está fora da esfera

³ Usamos *sexualmente*, ainda que derivado de *sexo*, por falta de uma adjetivação melhor. Preferimos, sempre que possível, usar a palavra *gênero*.

do valor mas é necessário à sua reprodução (crítica), é o feminino, chamado por isso de dissociado. A tentativa que este trabalho apresenta é de esboçar um diálogo entre esta teoria e a mobilidade do trabalho que permita um estudo crítico de migração feminina.

Para a própria Scholz, as formas concretas do valor-dissociação como princípio estrutural geral devem ser pensadas nas suas particularidades, posto que variam de acordo com contextos histórico-geográficos e culturais; o valor-dissociação, nesse sentido, não se trata de uma estrutura rígida mas de um processo social dinâmico. O que nos remete à importância de nosso próprio estudo.

Entendemos que, se a mulher ocupa um lugar particular e dissociado no moderno sistema produtor de mercadorias, ocupará um lugar particular também no seu colapso. Segundo Roswitha Scholz (2000, 2004), o processo de crise do trabalho é acompanhado de um *asselvajamento do patriarcado*, cujas formas concretas e muitas vezes contraditórias precisam ser estudadas e discernidas. É neste terreno pantanoso que encontramos as mulheres bolivianas; tornando-se migrantes, submetem-se a novas formas de violência e precarização do trabalho, ao mesmo tempo em que afirmam melhorias nas condições de reprodução material ou ganho de autonomia em relação aos homens.

Partindo deste panorama, a pesquisa que apresentamos aqui teve como objetivos iniciais identificar e caracterizar este grupo de mulheres bolivianas em São Paulo, em relação a origem, inserção laboral e localização na cidade; as perguntas eram por que vinham, de onde vinham, para quais trabalhos e em quais bairros da cidade. Em seguida, pudemos aprofundar e desdobrar as particularidades da sua entrada no setor de confecção como trabalhadoras de oficinas de costura, buscando as suas contradições.

Estas mulheres trazem a dupla condição de mulher e migrante; enfrentam a violência de gênero, a xenofobia e a superexploração do trabalho imigrante. Muitas conseguem trabalhos na área de cuidados domésticos, como empregadas ou babás, mas a grande maioria trabalha em oficinas do setor de costura. A vulnerabilidade destas mulheres aparece, no local de trabalho, na dupla carga de trabalho (como costureiras e no cuidado doméstico) e na violência de gênero sofrida, na forma de violência sexual (assédios, chantagens, estupros) ou física (agressões, brigas, principalmente com os namorados / maridos).

Com o foco na questão do trabalho, queremos pensar as suas particularidades como feminino e migrante nestas oficinas de costura, entendendo que compõe a dupla condição de mulher e migrante destas bolivianas. Mais que isso, porque pode abrir uma reflexão crítica sobre migração feminina.

O primeiro capítulo deste trabalho se dedica à questão migratória no que diz respeito ao histórico da migração boliviana em São Paulo, ao grupo de mulheres bolivianas em São Paulo e a uma análise das suas trajetórias pelo conceito de mobilidade do trabalho. O objetivo central do capítulo é refletir sobre as particularidades da dupla condição de mulher e migrante, particularmente em relação às mulheres que nos contaram suas estórias.

O segundo capítulo desdobra a discussão da mulher migrante em relação ao trabalho e às relações de trabalho que estabelecem como imigrantes bolivianas em São Paulo, olhando para os aspectos de gênero que determinam suas trajetórias. Procuramos colocar um debate entre o conceito de divisão sexual do trabalho e a teoria da dissociação-valor. Aqui, apontamos que, diferente do que acontecem em outros fluxos migratórios, homens e mulheres se inserem nos mesmos empregos, no setor da confecção; analisamos, assim, a situação feminina neste contexto.

Por fim, ressaltamos que este TGI representa um momento de uma pesquisa que acumula mais de dois anos e que se pensa em continuidade. Muitas questões permanecem em aberto, ainda bem, e abertas estão para o debate. Não pretendemos aqui dar conta do debate sobre migração feminina no contexto do fluxo de bolivianos para São Paulo, mas antes fazer algumas perguntas que nos ajudem a lidar com a tensão de gênero neste contexto de crise da reprodução social.

CAPÍTULO I

DUPLA CONDIÇÃO DE MULHER E MIGRANTE

Recortar como nosso objeto de pesquisa *mulher migrante* precisa ser problematizado antes de ser tomado absolutamente. “Ser mulher”, assim como “ser migrante”, são formações identitárias constituídas histórica e geograficamente. Por isso, seria preciso pensar a gênese destas identidades; dados os limites desta investigação, podemos apenas fazer alguns apontamentos.

Entendemos o princípio de valor-dissociação como um processo de formação das relações de gênero da modernidade. Em *O valor é o homem* (1992), Roswitha Scholz faz uma gênese histórica da questão de gênero, retomando as relações de desigualdade da Grécia Antiga, da Idade Média, da Renascença, da Reforma Protestante e da entrada na modernidade. O importante é entender que há uma formação histórica destas relações que assume novas qualidades quando o fetichismo se torna o princípio da relação social com a formação do trabalho abstrato e da mercadoria enquanto categorias tornadas nexos sociais. Assim, o gênero não pode ser tomado como trans-histórico, ontológico ou natural, mas precisa ser entendido como um processo de formação histórico-social.

Por esse caráter, “O valor-dissociação também está sujeito à mudança histórica; ele tem de ser pensado como um processo histórico, sendo neste contexto de reter que as ideias modernas associadas aos gêneros e às formas de existência que lhes correspondem apenas surgiram na modernidade” (SCHOLZ, 2004, p. 2). Em diferentes lugares, a dissociação assume formas empíricas particulares. Para nós, nos interessa pensar que “ser mulher” na Bolívia não carrega os mesmos significados que “ser mulher” no Brasil, ao mesmo tempo que “ser mulher” nacional tem suas particularidades em relação a “ser mulher” imigrante. Assim, a mulher boliviana imigrante está inserida em um contexto particular de dissociação ligado a uma trajetória de mobilidade que redefine as suas formas empíricas.

Ainda, seria preciso olhar não só as relações estabelecidas a partir da inserção na sociedade de destino, mas relações de identidade étnica e nacional colocadas na origem que se transformam internamente (para a comunidade boliviana imigrante) e externamente (para a sociedade brasileira) após a migração. O termo “mulher boliviana” precisaria ser problematizado à luz dos processos de constituição de identidades na origem como no destino.

A formação de identidades pode ser considerada também a partir do processo de territorialização, conforme definido por Haesbaert (2004), que compõe a relação identitária. “Ser mulher”, portanto, significa sê-lo em um território formado historicamente, com o qual se estabelecem relações subjetivas de identidade. Como aponta o autor, na migração mudam também

as relações de territorialidade, configurando processos de des- e re-territorialização que são múltiplos e podem abarcar uma *multiterritorialidade*. É de nosso interesse ressaltar que estes processos de territorialização incluem uma transformação nas relações de gênero, para homens como para mulheres. As dinâmicas de mobilidade territorial acabam, desta forma, sendo fundamentais para o processo de formação de identidades nacionais e de gênero, bem como as relações entre elas.

Ao fazer um estudo de *migração feminina*, estamos localizando e caracterizando o grupo de mulheres dentro do fluxo migratório boliviano para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O que Scholz (2000, 2004) nos permite pensar é a necessidade de olhar para a mulher como o lado obscurecido da relação de gênero, já que o pretense *sujeito neutro* é um sujeito masculino, como frequentemente acontece nos trabalhos sobre migração boliviana que não atentam para as particularidades de gênero.

Com estas definições, fizemos nossa aproximação do objeto, o grupo de mulheres com o qual tivemos a oportunidade de conviver e conversar ao longo de nossa pesquisa. No trabalho de campo, descobrimos como particularidades que definem de forma acentuada o cotidiano destas mulheres como imigrantes em São Paulo, trabalhadoras de pequenas oficinas de costura, a obrigatoriedade sobre o trabalho doméstico e o cuidado familiar, a exposição a formas de violência doméstica e sexual, a dificuldade no acesso à saúde pública especificamente feminina, a violência obstétrica e uma inserção mais precária nas próprias oficinas (além das questões já mencionadas, incluem-se aí menor remuneração, conjugação de trabalho produtivo com atividades de reprodução).

Há uma *simultaneidade* entre as formas concretas das contradições de gênero realizadas na Bolívia como no Brasil, como indicaremos a seguir. A migração, portanto, não representa uma “evolução” nem uma superação desta dissociação, mas a sua particularização em um novo contexto, como buscamos apresentar a seguir.

1. *Histórico da migração boliviana e trabalho imigrante no setor de confecção*

Acreditamos ser momento importante da pesquisa a busca da *gênese histórica do problema*, ou seja, uma problematização da formação histórica de condições de dissociação de gênero na Bolívia incluindo, ao mesmo tempo, o momento de mobilização da força de trabalho para fora do país, como momento da sua crise. Podemos fazer um breve panorama histórico da Bolívia que dê corpo a este entendimento, que Nóbrega (2009) classifica como “diáspora”. A relação está posta entre os processos críticos da modernização boliviana e brasileira, em que um país precisa mobilizar

sua população para garantir a própria reprodução e o outro precisa realizar trabalho altamente precarizado para alcançar os níveis globais da concorrência no setor de confecção.

A migração de bolivianos para São Paulo não é um fenômeno recente; de acordo com Sidney Silva (1997), o fluxo de bolivianos para São Paulo começa em 1950 com a vinda de pequenos empresários e profissionais liberais movidos pelo cenário político instável e a falta de empregos de altas qualificações – a chamada primeira onda de migração boliviana.

O que passa a chamar a atenção, a partir do final da década de 80, é o aumento vertiginoso de migrantes em São Paulo e outras cidades da Região Metropolitana, em relação direta com o processo de urbanização boliviano. É aí que começam a trabalhar na indústria da confecção, setor que nesta época já estava dominado mais por coreanos que por judeus. As formas de entrada no Brasil incluíam cruzar a fronteira ilegalmente (sem fazer os trâmites de imigração) ou com o visto de turista e tornar-se ilegal a partir do vencimento deste visto. O estudo sociológico de Sidney Silva (1997), *Costurando sonhos*, é um dos primeiros a desvendar um pouco das motivações, trajetórias pessoais e manifestações culturais deste grupo de migrantes; é também um dos primeiros a identificar a inserção dos bolivianos no setor de confecção, como costureiros em pequenas oficinas, em situação bastante precarizada, com condições insalubres e longas jornadas de trabalho.

Freitas (2010) chama a atenção para o estudo dos contextos de origem dos fluxos migratórios, afirmando que estes podem definir as motivações e os sentidos da migração de cada país, além da inserção dos migrantes na sociedade de destino. Compara, trazendo uma ideia de simultaneidade, a Coreia e a Bolívia em dois momentos: a década de 1950 e as décadas de 1970 e 1980, momentos do desenvolvimento industrial dos dois países que definiram os fluxos migratórios que se originaram em cada um e a inserção dos respectivos grupos na cidade de São Paulo e no setor de confecção.

Modernizar é mobilizar: tanto o fluxo de bolivianos como o de coreanos, nas décadas de 1950 e 1960, que produziam significativos impactos de emigração, são desdobramento do desenvolvimento capitalista nos dois países. “Nos dois casos, tratam-se de fluxos migratórios dinamizados no momento de início da modernização capitalista das estruturas produtivas dos países de origem. Apresentando-se enquanto consequência direta de tais desdobramentos” (FREITAS, 2010, p. 7). De acordo com a autora, as medidas modernizadoras realizadas na Bolívia foram, de forma resumida, reforma agrária, nacionalização das minas, estabelecimento do voto universal, ampliação da fronteira agrícola e tentativa inicial de produção dos próprios bens de consumo.

Todas essas medidas provocaram mudanças importantes na estrutura da economia boliviana, principalmente, em sua dinâmica demográfica em que percebe-se: i) pronunciado êxodo rural; ii) intensificação das migrações transfronteiriças já existentes; e iii) início das migrações internacionais. No caso boliviano, portanto,

as migrações internacionais foram uma consequência indireta das tentativas de modernização do Estado boliviano e nesse período passaram a conectar diretamente os imigrantes bolivianos à cidade de São Paulo (FREITAS, 2010, p. 8)

Há poucos registros sobre a presença de mulheres na chamada primeira onda da migração boliviana. Freitas (2010) menciona, brevemente, a presença de mulheres realizando trabalho doméstico remunerado.

No caso da Coréia, por outro lado, a emigração para países da América Latina na década de 1960 fez parte do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, um projeto do próprio governo coreano, segundo Freitas (2010). Havia um subsídio para que os imigrantes comprassem pequenas parcelas de terra nas zonas agrícolas desses países, o que funcionou apenas no Paraguai. Nos outros lugares, como o Brasil, o projeto fracassou e os coreanos migraram para os grandes centros urbanos. Em São Paulo, o grupo se concentrou na Rua Conde de Sarzedas, no bairro do Glicério, sobrevivendo através do comércio “de porta em porta” de roupas e objetos trazidos da Coréia. Note-se que este trabalho era realizado pelas mulheres. De acordo com Freitas (2010), a continuidade deste trabalho deu-se na produção domiciliar de roupas.

Segundo a autora, a década de 60 é marcada também pela entrada de imigrantes judeus na indústria têxtil e no setor de confecção, formando uma cadeia produtiva que envolvia coreanos e nordestinos. Entre a comunidade coreana, começaram a se formar as primeiras oficinas de costura, com um trabalho bastante precarizado similar aos moldes atuais. A partir da década de 70, transforma-se o perfil do imigrante coreano:

(...) emerge a figura de um imigrante coreano que chega de avião e com algum dinheiro para investir, muitas vezes, em negócios no ramo de confecção iniciados por familiares que vieram nos primeiros grupos, a despeito de sua condição de ilegalidade inicial. (FREITAS, 2010, p. 13)

No mesmo período, a Bolívia passa por uma crise econômica bastante séria, como consequência de um projeto de industrialização que não se realizou a não ser na forma de altas dívidas internacionais e taxas de inflação, agravadas por desastres naturais. Nesse contexto, os movimentos migratórios internos e internacionais se ampliaram e diversificaram (Freitas, 2010). Retoma-se o argumento: modernizar é mobilizar. A industrialização frustrada é o reflexo da crise nas periferias do sistema produtor de mercadorias; a modernização tardia não se realiza porque não consegue alcançar os níveis de concorrência globais ou mesmo regionais, em relação à América Latina. Isso não torna a Bolívia menos moderna, apenas a faceta mais trágica da mesma modernização. Buscando vender a força de trabalho para garantir a sua reprodução, os bolivianos

migram. Em São Paulo, o setor de confecção necessitado de mão de obra barata torna-se a principal forma de inserção desta população (Freitas, 2010).

É importante entender este processo de industrialização e urbanização que acontece na Bolívia não como a marca evolutiva de uma sociedade rural e camponesa em direção a uma sociedade urbana desenvolvida, mas como um processo crítico inerente à própria modernização, resultado de diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas para cada região. Não está descolado, portanto, das suas consequências mais trágicas: “uma 'localização após a outra cai no abismo” (GRUPO KRISIS, 2007, p. 87). O que nesse movimento de crise leva os trabalhadores a se mobilizar em direção aos oásis do emprego.

A nova migração universal tem suas próprias estruturas. Muitas vezes trata-se de fluxos de migração socioeconômica dentro de países das regiões “excluídas” e desertificadas economicamente para os respectivos “oásis” nacionais da rentabilidade. (...) Contudo, dentro dessas migrações internas tradicionais, hoje acontece uma ruptura; (...) grande parte desta migração da miséria de força de trabalho desmobilizada também não encontra mais nos “oásis” da rentabilidade nenhuma ocupação regular. (KURZ, 2005, p. 6)

Wanderley (2009) analisa as mudanças nos regimes de trabalho e bem-estar social na Bolívia entre as décadas de 1980 e 1990. Segundo ela, até a década de 1980 o país passou por um “capitalismo de Estado”, marcado por instabilidade política, hiperinflação e crise da dívida externa: “O processo inflacionário deprimiu a capacidade de compra dos salários e resultou no aumento do desemprego e da informalidade. Entre 1980 e 1985, a taxa de desemprego nas cidades capitais cresceu de 5,8% para 18,2% e a taxa de subemprego de 48,5% para 57,3%” (WANDERLEY, 2009, p. 164).

Em 1985, com o Decreto 21.060⁴, são iniciadas as reformas neoliberais, período que segundo a autora se estende de 1985 a 2005, com a chegada de Evo Morales ao poder. Este período se dividiria em duas etapas: a primeira, orientada para o equilíbrio macroeconômico e a segunda, das reformas estruturais. Durante a primeira etapa, são seguidas as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a inflação é controlada; a partir de 1993, aprofundam-se as reformas estruturais.

Em relação ao regime de emprego, o impacto destas chamadas reformas neoliberais é alto,

4 O Decreto 21.060, promulgado pelo então presidente boliviano Victor Paz Estesoro, altera a constituição e marca a entrada do modelo neoliberal no país, promovendo uma série de reformas. “Em 1985, o modelo de Capitalismo de Estado foi abandonado, transferindo-se ao setor privado a responsabilidade principal de investimento produtivo. O Estado assumiu o papel de regulador e garantidor da estabilidade macroeconômica e de promotor dos investimentos públicos em saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura. Com o Decreto 21.060, também conhecido como a nova política econômica, o investimento privado e a abertura e integração da economia na globalização constituem as novas bases do crescimento econômico” (WANDERLEY, 2009, p. 165). Em 2011, o Decreto 21.060 é derogado pelo presidente Evo Morales (cf. <http://hoybolivia.com/Noticia.php?IdNoticia=47456>, acesso em 01/06/2015).

na cidade como no campo. Por um lado, estabeleceu a livre contratação, “revogando as disposições que garantiam a estabilidade no trabalho” (WANDERLEY, 2009, p. 166), e instituiu também a livre determinação de salários entre trabalhadores e empresas privadas, reduzindo o custo do trabalho formal. Além disso, o Decreto 21.060 garantiu a liberdade de importação de produtos agropecuários. Segundo Wanderley (2009),

(...) esse é um fato pouco registrado e analisado mas que desencadeou a debilitação das unidades familiares camponesas nas décadas seguintes, afetando os níveis de emprego no campo. Ambos os grupos, mineiros e camponês, encontraram na migração aos centros urbanos e às áreas de plantações de folha de coca a saída para seus problemas. Um dos resultados da intensificação da migração campo-cidade foi a perda do peso relativo do setor primário na geração de emprego. (WANDERLEY, 2009, p. 166)

Victor Vacaflores (2003), economista boliviano, analisa as migrações internas e internacionais de seu país e faz uma leitura sobre migrações do ponto de vista da origem. Segundo ele, são uma consequência da adoção do modelo neoliberal no país em 1985, marcada pelo Decreto 21.060: “existe una migración antes y otra después del 21.060” (VACAFLORES, 2003, p. 2). No artigo, o autor destaca uma migração campo-cidade após o decreto, principalmente às principais cidades do país (Santa Cruz, La Paz e Cochabamba), chegando a 100.000 habitantes/ano em um país de 8,5 milhões de habitantes (VACAFLORES, 2003, p. 2).

Quando discute a situação dos migrantes no local de origem, Sidney Silva (1997) destaca os movimentos de migração interna na Bolívia, que pudemos verificar em trabalho de campo. Cria-se um momento de mobilização para os grandes centros urbanos, em que o pequeno produtor rural é expulso do campo em direção à cidade, onde é forçado a se reproduzir como trabalhador assalariado; muitas das trajetórias de migração começam com a mudança de um pequeno *pueblo* rural em direção à periferia das grandes cidades bolivianas como Sucre, La Paz ou Santa Cruz (Silva, 1997). O processo de mobilização de bolivianos *para fora* do território nacional esconde a mobilidade interna, marcada pela migração campo-cidade.

Quando viajamos ao país, muitas pessoas com quem conversamos tinham já trajetórias de migração interna, da zona rural para a urbana ou entre diferentes cidades. No mercado de rua da cidade de Santa Cruz de la Sierra, a boliviana que nos acompanhava nos dizia: “todas essas pessoas vem de Potosí ou de Sucre, não são daqui, vêm de outros lugares”. Muitas das mulheres com quem tivemos a oportunidade de conversar nascem em pequenos povoados rurais do interior boliviano e migram para os grandes centros urbanos antes de se mobilizar para fora do território nacional. Este processo evidencia o sentido crítico desta mobilidade, que embora possa aparecer como desejo individual do migrante, está relacionado a movimentos de expulsão das pequenas propriedades

rurais ou até do próprio trabalho assalariado, quando o indivíduo já não tem mais condições de se reproduzir na própria sociedade de origem.

Ainda na década de 1980, segundo Freitas (2010), os coreanos compram diversas lojas de donos judeus no bairro do Bom Retiro por altos valores em dólares, passando a ter maior controle sobre o setor de confecção na cidade. Vale lembrar que a comunidade coreana possui um sistema interno de financiamento e empréstimo que facilitou essa tomada do setor. Inclusive, eles criaram um sistema de produção e distribuição diferente daquele dos judeus; aqueles que mantiveram as suas lojas e oficinas passaram a adotar o modelo coreano (Freitas, 2010).

E, para atingir essa alta produtividade e rotatividade, ao invés do modelo fabril, centralizado, com funcionários fixos, os coreanos estabeleceram um sistema de produção descentralizado que mobiliza uma miríade de pequenos produtores: as pequenas oficinas de costura clandestinas ligadas, a princípio, aos imigrantes bolivianos. (FREITAS, 2010, p. 16)

A consequência das reformas neoliberais bolivianas nas décadas seguintes, além da migração campo-cidade já mencionada em Vacaflores (2003), é a mudança da estrutura ocupacional para o setor terciário, retirando a população ocupada de atividades agropecuárias e mineiras. Essa nova estrutura de empregos é acompanhada de um processo de precarização do trabalho e desemprego a longo prazo. De acordo com Wanderley (2009), “Nos primeiros anos do plano de estabilização, a demanda por trabalho diminuiu, tendência que se reverte nos anos posteriores para voltar a cair no começo de 2000 devido à crise econômica internacional (...) A situação do desemprego afetou com mais intensidade as mulheres a partir de 1997” (WANDERLEY, 2009, p. 167). A mesma autora aponta a precarização do trabalho na Bolívia entre os anos 1990 e 2000 como contratação eventual ou por prazo definido; sem direitos trabalhistas; à margem da proteção social; baixas remunerações; sem perspectiva de desenvolvimento ocupacional ou profissional.

No mesmo período, aumenta o investimento do governo boliviano em gastos sociais e há uma reforma dos setores estratégicos de saúde e educação. Mesmo assim, nos anos 2000 (dados de 2002), “(...) a situação de pobreza mediada pela renda não registra diminuição e a desigualdade aumentou” (WANDERLEY, 2009, p. 174).

Entre as mulheres com quem conversamos, T. e S. estão no Brasil há mais tempo e dizem o mesmo sobre o começo dos anos 2000: “você andava na rua e não via nenhum *boliviano*, se encontrava na rua fazia muita festa, ia conversar, porque eram poucos, muito poucos” (T.); “antes não tinha um boliviano, você andava na rua e não via nenhum boliviano, não tinha quase nenhum. Hoje são muitos, muitos” (S.). Mas Silva (1997) percebe, ainda naquele final de século, uma grande presença feminina e, mais que isso, a obrigatoriedade destas mulheres de realizar o trabalho

doméstico sozinhas. A questão, no entanto, não ganha mais que um breve comentário em *Costurando sonhos* e será apenas muito mais tarde preocupação de outras pesquisas.

Atualmente, muitos bolivianos tornaram-se donos de oficina, mas o trabalho ainda é recebido de coreanos: em trabalho de campo, já ouvimos que “os coreanos repassam o trabalho e nós temos que fazer”. É estabelecida, então, uma divisão do trabalho entre bolivianos e coreanos, em que os primeiros cumprem a função de mão de obra pouco qualificada e intensiva e, os segundos, de uma espécie de centro coordenador da produção, que investe em tecnologia e design; tem-se, assim, uma mercadoria de baixo custo garantida por um trabalho precarizado. “No caso da produção coreana, o alto investimento em inovações incrementais, design e formas de comercialização, aliado à fragmentação e descentralização da produção tem possibilitado lucros importantes” (FREITAS, 2010, p. 17).

Segundo a autora, o emprego da mão-de-obra informal de bolivianos permitiu aos coreanos reduzir drasticamente seus custos de produção. É partir dos anos 2000 que se constitui o circuito de agenciamento que contrata os costureiros no próprio lugar de origem. Ainda, Freitas (2010) aponta que:

O trabalho dos imigrantes sem documentação legal, em pequenas oficinas clandestinas, nos grandes centros urbanos, com a formação de amplas redes de subcontratação, não é novidade paulistana ou latino-americana. (...) apontam para o papel determinante das “novas” necessidades da acumulação capitalista que se conjugam aos contextos econômicos e recessivos das décadas de 1970 e 1980. (FREITAS, 2010, pp. 4-5)

Entre nossas entrevistadas, apenas S. saiu da Bolívia no começo dos anos 2000, antes da chegada de Evo Morales ao poder, em 2006. Mas estes dados nos ajudam a desenhar o cenário político-econômico sobre o qual o governo de Evo Morales teve de atuar, além de ter afetado a trajetória pessoal das mulheres bolivianas hoje residentes em São Paulo. Os dados indicados acima para 2009 e 2010 e as considerações de Wanderley (2009) sobre a década de 2000 na Bolívia não indicam uma mudança estrutural num quadro de desemprego, precarização e informalização do trabalho, particularmente feminino.

Retomamos aqui o argumento de Robert Kurz (1991, 2005) de que não há um processo linear de desenvolvimento em direção ao chamado primeiro mundo; se há uma crise estrutural da sociedade produtora de mercadorias, esta crise se manifesta *simultaneamente* em todos os lugares, embora em diferentes formas concretas, até contraditórias. A Bolívia ocupa um lugar histórico neste processo de crise como país da periferia do capitalismo global, onde as contradições da valorização crítica do valor se manifestam como a crise econômica acima descrita.

A mobilização de força de trabalho chamada “diáspora boliviana” por Nóbrega (2009), não

pode deixar de ser um momento desta mesma crise. Segundo o autor,

A Bolívia tem se consolidado como país exportador de mão de obra, tanto a países geopoliticamente classificados como “do norte” quanto a outros países considerados “do sul”. Um milhão e quatrocentos mil emigrantes bolivianos; as estimativas que incluem os emigrantes em situação irregular variam entre dois e três milhões de pessoas. (NÓBREGA, 2009, p. 183)

O autor comenta os principais destinos de imigrantes bolivianos para além do Brasil: EUA, Espanha e Argentina, onde a inserção acontece em diferentes mercados laborais. A diferença inclui também a origem dos imigrantes, tanto geográfica como de classe, sendo mais comum que os imigrantes com mais recursos viajem aos EUA ou à Espanha, enquanto os mais pobres permanecem na América do Sul. Ganhando mais nos chamados países do norte, o impacto que estes migrantes têm sobre os lugares de origem também é maior, segundo o autor, pelos altos valores enviados na forma de remessas. Nestes outros países, a inserção por gênero é bastante diferenciada, cabendo às mulheres empregos de trabalho doméstico e aos homens, os setores como a construção civil.

Nóbrega (2009) classifica a migração para o Brasil em três subtipos: “(...) uma que ocorre em regiões fronteiriças; uma que se relaciona aos setores médios urbanos; e outra que se refere a setores subalternos urbanos, frequentemente indocumentada” (NÓBREGA, 2009, p. 188). O grupo que encontramos trabalhando nas pequenas oficinas de costura da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) se refere ao último subtipo. Nóbrega (2009) aponta para o argumento da simultaneidade de Robert Kurz (2005) ao considerar a inserção de imigrantes bolivianos no setor têxtil brasileiro da seguinte forma:

(...) acirrou-se a concorrência entre unidades produtivas localizadas em países e continentes e tornou-se possível e necessária a busca por fatores de produção que impliquem menores custos e possibilitem maiores ganhos. O emprego dos imigrantes bolivianos – que ingressam frequentemente de forma irregular e permanecem sem acesso a direitos trabalhistas ou políticos – significa um meio de reduzir despesas com salários e impostos e, assim, assegurar lucros mais elevados e preços mais competitivos. A imigração boliviana para São Paulo explica-se parte pelas perspectivas desfavoráveis que os imigrantes possuíam no país de origem, parte pela necessidade da pequena indústria têxtil local de concorrer no mercado com produtos provenientes de países asiáticos. (NÓBREGA, 2009, pp. 191-192)

A partir de Alice Abreu (1993), entendemos que o setor têxtil depende de formas de precarização do trabalho por não conseguir substituir trabalho humano por máquinas⁵, dependendo de outras formas para reduzir seus custos de produção e atingir os níveis de concorrência global. Se na década de 1990 esta competição ainda não estava pautada, a entrada massiva de imigrantes na indústria de confecção nas últimas décadas tornou-se estratégia concreta de um momento de crise

⁵ “Na costura, que representa 80% do trabalho vivo do setor [de vestuário], não existiu quase nenhuma inovação tecnológica. Ou seja, máquina e costureira são o que garante a finalização de qualquer produto elaborado pelas empresas” (ALMEIDA, 2013, p. 71).

em que a concorrência precisa equiparar seus níveis.

Este processo aponta diretamente a uma relação entre crise e migração, precarização e concorrência. Como forma de alcançar os níveis globais de concorrência em um setor que não se moderniza (no sentido de substituir trabalho humano por máquina), é necessário diminuir os custos desta mão de obra por meio da sua precarização; a contratação de imigrantes bolivianos possibilita essa redução, na medida em que a conversão das moedas torna seu salário alto em relação à origem, e também por estarem em situação mais vulnerável – em país estrangeiro, ilegais, aliciados. Este processo, de acordo com Freitas (2010), se repete em uma série de países ao redor do mundo para o setor de confecção, em cidades como Nova Iorque, Paris e Milão.

A partir desta abordagem, as determinantes histórico-estruturais para a concentração de imigrantes bolivianos em oficinas de costura clandestinas na cidade de São Paulo ligadas à emergência dos negócios coreanos, encontrar-se-iam transformações recentes do setor de confecção da capital e em suas estratégias de aumento da produtividade e competitividade nos mercados locais e internacionais. (FREITAS, 2010, p. 5)

O resultado deste processo de modernização é, como afirma Robert Kurz (2005), a mobilização de pessoas *para fora do trabalho abstrato*, levando-as a procurar onde vender sua força de trabalho. Isso só é possível porque sua mercadoria força de trabalho tem como característica particular a capacidade de ir ao mercado se vender (Gaudemar, 1977). A migração boliviana, seja ela interna ou internacional, está no centro deste processo, em que São Paulo aparenta ser o “oásis” do emprego, pelo menos no que diz respeito ao setor de confecção:

A causa: a nova migração maciça desde o final do século XX é consequência de uma nova crise socioeconômica da terceira revolução industrial, que possui diretamente um caráter global. Microeletrônica, tecnologia de informação e globalização do capital produzem, além de todas as barreiras nacionais e culturais, uma sociedade mundial imediata, mas não positivamente como uma conquista, e sim negativamente como processo de dissecação econômico: cada vez mais pessoas se tornam "supérfluas", porque não podem mais vender a sua força de trabalho. (KURZ, 2005, p. 4)

O CAMI estima, atualmente, de 80 a 100 mil bolivianos trabalhando nas oficinas de costura, com 93% não formalizados. Em geral são oferecidas alimentação e moradia, as jornadas são superiores a 12 horas diárias e o objetivo é ganhar muito em pouco tempo. Segundo os estudos mais recentes (Cymbalista e Xavier, 2007; Nóbrega, 2009; Silva, 2005 e 2006; Souchaud, 2011), o perfil do migrante é jovem, pouco qualificado, de escolaridade baixa ou média e em igual proporção entre homens e mulheres, o que apresenta uma mudança em relação a dados anteriores que apontavam um fluxo mais masculino. A porcentagem de mulheres no grupo de imigrantes bolivianos na metrópole paulistana era de 44% em 2007, um aumento considerável em relação aos 26% de 1992,

segundo dados de Cymbalista e Xavier (2007). A principal ocupação ainda é o setor de confecção, com a diferença de que, agora, os donos das oficinas se dividem entre coreanos e bolivianos; em geral, os migrantes são contratados já na Bolívia e tem como promessa o pagamento da viagem, de moradia e alimentação, o que nem sempre se cumpre. É interessante destacar que a taxa de desemprego entre os bolivianos é muito baixa, ainda que seja comum a circulação por diversas oficinas diferentes em um período relativamente curto.

O trabalho dos bolivianos no setor de costura está consolidado sobre um “circuito de subcontratação transnacional” (Freitas, 2010), em que o recrutamento é feito diretamente na Bolívia, até mesmo nas pequenas vilas do interior. O que os imigrantes com quem tivemos contato afirmam, quando questionados sobre “trabalho escravo”, é que nestes casos muitos são enganados sobre o tipo de trabalho, a jornada e o salário; no caso das mulheres, estão mais vulneráveis as de áreas rurais. Nestes recrutamentos, os donos de oficina oferecem a passagem para aqueles que não podem pagá-la, a ser descontada dos salários iniciais, mas na maior parte dos casos o financiamento é próprio ou familiar (Barbosa, Galhera e Veiga, 2013).

A ilegalidade e a falta de documentação trabalhista são questões presentes – como demonstram inclusive os serviços de assistência jurídica para regularização oferecido pelas instituições de apoio ao migrante – e, associada a ela, a superexploração do trabalho nas oficinas, na forma de jornadas exaustivas, péssimas condições de trabalho, ameaças e inclusive falta de pagamento. Entendemos que a ilegalidade favorece esta situação, bem como o estranhamento e o desconhecimento do migrante com relação a São Paulo.

Apesar de muitos brasileiros aceitarem as condições de trabalho e remuneração oferecidas pelas oficinas de costura, os bolivianos estão em posição de vantagem, pois são os mais adequados para cumprir a função de mão-de-obra irregular: possuem as qualificações (baixas) e a disciplina (alta) para o trabalho e não representam ameaça de processos trabalhistas. (CYMBALISTA E XAVIER, 2007, p. 125)

Em nosso trabalho de campo, percebemos a grande dificuldade em se conseguir a legalização no Brasil por conta dos altos custos e da burocracia; no entanto, a grande questão que apareceu para nós foi a falta de regularização no trabalho, sendo que a grande maioria trabalha sem qualquer tipo de registro e, inclusive, prefere manter-se nessa condição, questão que será discutida mais adiante. Entre as entrevistadas para esta pesquisa, todas conseguiram a regularização no Brasil por meio do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), mas sem a documentação trabalhista.

A esta dificuldade de regularização está atrelada também a dispersão dos imigrantes. No final dos anos 1990, Silva (1997) aponta como bairros de concentração boliviana Brás, Pari e Bom Retiro, mas também indica sua dispersão a bairros mais distantes e à Região Metropolitana de São

Paulo (RMSP), sendo que para ele a sua principal causa é o aumento do aluguel na área central da cidade e a fuga da fiscalização contra oficinas irregulares que já começava a acontecer. Nos dias de hoje, ainda há presença significativa de bolivianos nestes bairros, mas também em diversos bairros das zonas norte e leste (Belém, Belenzinho, Vila Maria, Vila Guilherme, Jardim Brasil, entre outros), além de outros municípios da RMSP (Osasco, Carapicuíba e, principalmente, Guarulhos).

Almeida (2013) coloca a migração feminina como uma decisão do grupo familiar, em que a mulher viaja ao lado do marido para ajudá-lo nas suas funções produtivas através do trabalho reprodutivo que lhe cabe:

(...) as migrações internacionais seriam parte das estratégias de sobrevivência do grupo doméstico frente às limitações impostas pelo contexto econômico local. Neste contexto, são as mulheres, enquanto trabalhadoras não-assalariadas, que garantem a reprodução social dos lares, permitindo aos trabalhadores dedicarem-se ao mercado de trabalho. Também soma-se a essa conjuntura o fato de essa mão-de-obra se caracterizar como mão-de-obra atrativa para empregadores ávidos por rebaixamento dos custos na contratação. (ALMEIDA, 2013, p. 54)

Em relação às mulheres bolivianas, este tipo de conclusão nos parece apressado, desconsiderando diversas imigrantes que viajam sozinhas, inclusive contra a vontade do grupo familiar. Ao mesmo tempo, elas não deixam de se dedicar ao trabalho abstrato, junto com o trabalho doméstico, o que caracteriza sua precarização no âmbito da dissociação-valor, em que assumem sua condição de dissociadas a quem cabe a responsabilidade sobre o trabalho doméstico e a inferioridade no campo do trabalho abstrato.

Por outro lado, Almeida (2013) reconhece o protagonismo feminino na migração da seguinte forma: “O protagonismo das mulheres no processo migratório pode ser explicado pelo fato de que as privatizações de serviços estratégicos, como saúde e educação, e o declínio dos gastos públicos sociais em diversos países aumentaram as responsabilidades das mulheres em relação ao trabalho reprodutivo (...)” (ALMEIDA, 2013, p. 55). No entanto, Wanderley (2009) indica um aumento dos gastos sociais na Bolívia nas últimas décadas e, no trabalho de campo, as protagonistas da migração são na maioria solteiras, desprovidas da responsabilidade do cuidado familiar. Portanto, as causas da feminização da migração latino-americana devem ser ainda discernidas.

Além disso, as afirmações de Almeida (2013) parecem relegar a obrigação da mulher em relação ao trabalho doméstico ao plano da constatação, e não ao plano da crítica estrutural, como queremos fazer a partir da teoria da dissociação-valor. O intuito não é apenas afirmar que o trabalho doméstico é deixado a cargo da mulher, mas entender a gênese histórica desta dissociação e a sua relação dentro de relações de gênero fetichizadas, que não se resolve simplesmente com a entrada do homem no âmbito feminino do trabalho doméstico.

2. Mulheres bolivianas na Bolívia e em São Paulo

C. B. é de La Paz. Lá, começou a trabalhar aos oito anos de idade, porque a mãe estava doente e vivia no hospital, e estava separada de seu pai. Ela cuidava dos dois irmãos mais novos com a ajuda de uma creche, mas nos finais de semana ficavam em casa. C. B. cozinhava para vender e também lavava roupa em troca de dinheiro. Aos 11, morou com a avó por algum tempo, com quem trabalhava em uma sapataria e, depois, voltou a morar com a mãe que tinha, nessa época, um companheiro muito agressivo, que batia em C. B. Tentou morar com seu pai, mas este bebia e lhe batia igual. Portanto, passou a viver um “lugar de niños”, trabalhando em vendas, até conhecer um rapaz.

Com este rapaz se casou e tiveram uma filha, B., que agora vive em São Paulo com a mãe e tem oito anos. Segundo C. B., “por um tempo esteve tudo bem, mas as coisas foram piorando e decidir me afastar dele”. Assim, passou a cuidar sozinha de B., trabalhando para sustentá-las. O pai da filha não ajudava e, para C. B., era difícil conseguir um emprego ao que pudesse levar a menina. Por fim, vai trabalhar em uma sorveteria mas, pela temperatura fria, B. fica doente o tempo todo.

É nessa época que C. B. vê na televisão que há trabalho para bolivianos no Brasil. Conhece a um senhor que “leva gente” e se dirige a São Paulo com emprego já garantido em uma oficina. Vai sozinha, deixando a filha com sua mãe. O dono da oficina lhe paga a passagem, que depois é descontada do salário; ela entra pelo Paraguai, rota dos imigrantes indocumentados. Quando chega, trabalha como costureira e sente que as condições são melhores que as da Bolívia.

Depois de dois meses, volta a La Paz para buscar sua filha. O pai não permite que leve a menina, e por isso entra com B. de forma ilegal, com documentos falsos. Mas a nova oficina onde vai trabalhar não lhe agrada, é muito suja e a menina volta a ficar doente. C. B. sente vontade de buscar outro lugar, próximo a uma escola ou a uma creche onde pudesse deixar a filha.

Voltam as duas à Bolívia e o pai dá autorização a B. para que viaje. Entram no Brasil legalizadas pela primeira vez, fazendo o caminho por Corumbá (MS). Chegando de volta à metrópole paulistana, C. B. vai trabalhar em outra oficina, no bairro de Vila Maria Alta, zona norte. Aí segue trabalhando até hoje. Trabalha de 7h a 22h, costurando. Não tem tempo de sair pela cidade ou buscar outro emprego. Além disso, tem medo por não conhecer a cidade e não falar bem português.

Na oficina, C. B. e sua filha tem um quarto só para as duas. Oferecem alimentação nos horários de trabalho, ou seja, de segunda até a tarde de sábado. B. vai à escola de perua, para que

sua mãe não deixe de trabalhar. Segundo C., “o dinheiro não dá pra nada”, com o que gasta em comida nos finais de semana, com a perua escolar da filha e a passagem para ir ao CAMI e à Praça Kantuta aos domingos. Lamenta não ter mais tempo para estar com sua filha, mas sente que na oficina pelo menos está perto de B. e pode, a cada tanto, deixar de trabalhar e ver como ela está, o que está fazendo, se comeu.

Fala das dificuldades, da falta de dinheiro, de não poder estar mais tempo com a filha. Gostaria de trabalhar fora da costura, mas não tem formação nem com quem deixar B. Diz C. que o trabalho é muito exaustivo, cansativo, e que no fim do mês não lhe sobra nenhum dinheiro. Mas quer seguir em São Paulo para que a filha possa estudar e ter uma vida melhor, com mais oportunidades. Ela afirma que gosta de trabalhar, “mas não desse jeito”, que é excessivo; gostaria de trabalhar menos e ganhar mais. Segundo C. B., “essa é a rotina de todo boliviano, de todos os que eu conheço: trabalhar de sol a sol. Mas vai melhorando, o primeiro ano é difícil e depois vai melhorando. Assim é a vida de todos, trabalhar muito”.

De acordo com Apolinar Torres⁶ há, atualmente, uma grande desigualdade de condições entre mulheres e homens em território boliviano: o analfabetismo e o desemprego são maiores para as mulheres, além de uma alta taxa de mortalidade materna. A mulher também tem responsabilidade quase exclusiva sobre o trabalho doméstico. No que se refere ao mercado de trabalho, as mulheres têm maior dificuldade de se empregar, apresentando taxas de desemprego mais altas, além de ganhar menos. A idade também é um fator do desemprego, sendo mais alto entre as mais jovens (até 24 anos). 70% da migração boliviana em geral é feminina, sendo que a maior parte deste grupo se dirige à Espanha. Também se dirigem aos Estados Unidos e, mais recentemente, ao Chile; em todos estes países, trabalham nas áreas de cuidado, limpeza, hotelaria, trabalho doméstico e, em alguns casos, prostituição. Os motivos são tanto o desemprego quanto a condição de chefes de domicílio; os maiores riscos são a violência e a discriminação.

Segundo Flores, na área rural, de população indígena, a mulher é considerada invisível, uma acompanhante do homem. Ao migrar para os centros urbanos, estas mulheres sofrem uma discriminação tripla: mulher, pobre e indígena. O papel delas é o de administradora do lar, do território, da saúde e da educação dos filhos e também responsável pela transmissão cultural. A migração interna rural-urbana é causada por falta de empregos, pobreza, falta de educação e de

⁶ Em palestra concedida no Seminário Mulher Imigrante. Apolinar Flores atua na Bolívia como assessor jurídico de povos indígenas, originários e camponeses em disputas como o “Anteproyecto de Ley de Protección a Naciones y Pueblos Indígena Originarios en peligro de extinción, en situación de aislamiento voluntario y no contactados”. Conferir texto de sua autoria sobre o assunto, em especial sobre o povo Urus do lago Poopó, em http://www.la-razon.com/index.php?_url=/suplementos/la_gaceta_juridica/Proteccion-Naciones-Indigena-OriginariosExtincion_0_1899410126.html (acesso em 10/12/2014)

terras (por degradação e contaminação, principalmente), motivada por uma crença de que há maior possibilidade de emprego.

De acordo com dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) na Bolívia, em 2010: 37,8% mulheres contra 11,1% homens não recebiam o devido salário (trabalham mas não recebem); mulheres bolivianas ganhavam menos que os homens (US\$79,9 contra US\$100), desigualdade que diminui conforme o nível educacional aumenta, mas nunca se equipara; 66% das mulheres estavam ocupadas em trabalhos informais, contra 52,8% dos homens.

No trabalho de Almeida (2013), encontramos também que: “Na América Latina, a taxa de desemprego das mulheres é superior em relação aos homens, variando de 10% a 40%. Também tem aumentado o número de mulheres que inserem-se em situações precárias de trabalho, com baixos salários, ausência de contratos e proteção social, trabalho em domicílio e em subcontratos” (ALMEIDA, 2013, p. 42), analisando Bolívia, Peru, Paraguai e Brasil. Segundo ela, a taxa de desemprego urbano por sexo na Bolívia (%) é: 6,8 para homens, 7,8 para mulheres (1990); 7,3 para homens e 10,3 para mulheres (2004); 3,6 para homens, 6,2 para mulheres (2009) (ALMEIDA, 2013, p. 45).

Estes dados mostram uma condição inferior em relação à mulher no âmbito do trabalho desde a origem, onde há também um processo de precarização do trabalho feminino pela informalidade e desemprego. Pela teoria do valor-dissociação, estes dados não são uma surpresa, mas apontam formas concretas da inferioridade colocada para a mulher no âmbito do trabalho abstrato.

Entre os resultados da pesquisa, descobrimos que uma das particularidades do fluxo migratório boliviano para o Brasil é que, diferente de outros casos, mulheres e homens se inserem nos mesmos empregos na sociedade de destino. Encontramos, no trabalho de campo, imigrantes bolivianos trabalhando na construção, em empregos domésticos e no setor de serviços. Estes casos fora da costura podem ser olhados particularmente. Mas, ainda hoje, a grande maioria dos bolivianos e bolivianas trabalha no setor informal de confecção como costureiros, empregadas domésticas das oficinas ou mesmo donos. Nos domingos passados no CAMI, perguntando a mulheres imigrantes qual era o seu trabalho, muitas vezes ouvi a resposta: “na costura, como todos”. Diferente de outros estudos de migração e gênero, portanto, que estudam as diferentes inserções de homens e mulheres na sociedade de destino, nos cabe estudar a particularidade da inserção feminina nas oficinas de costura paulistanas.

Entre as mulheres entrevistadas por nós, todas chegam a São Paulo já agenciadas e, quando indocumentadas, fazem o caminho pelo Paraguai e entram em território brasileiro por Foz do Iguaçu (PR), onde a fiscalização é menor. Por Corumbá (MS) ingressam aqueles que já estão

legalizados. Além disso, a maioria vem das cidades de La Paz e El Alto; algumas, nascidas em pequenos povoados rurais, passam por estes grandes centros urbanos bolivianos antes de chegar a São Paulo. Com as mulheres de origem rural que migram direto para a RMSP, não tivemos contato; através de nossa conversa com o Dr. Moreno, da UBS do Bom Retiro, sabemos que há forte presença delas nas oficinas de costura.

Entre G., S. e C. B., nossas principais interlocutoras, podemos delinear diferentes projetos migratórios. Por um lado, está a mulher solteira, como G. e S., que vem trabalhar para si mesma. Estão as casadas, como se torna depois o caso de S., que têm seu companheiro mas ainda são responsáveis pelo cuidado com os filhos. Há, ainda, como C. B., as chamadas “mães solteiras”⁷ que têm o grande desafio de conjugar trabalho produtivo assalariado com o cuidado com as crianças.

Retomamos uma distinção importante colocada por C. A., funcionária do CAMI: entre as mulheres bolivianas existem as solteiras, as mães solteiras e as casadas. Cada uma com trajetórias e problemas particulares. As solteiras são muitas vezes jovens e tem poucas pessoas de confiança, entrando em situações de alta vulnerabilidade quando não estão apoiadas pela família. As “mães solteiras” tem dificuldade enorme em trabalhar e cuidar dos filhos ao mesmo tempo e, muitas vezes, não são aceitas nas oficinas. As casadas, por sua relação próxima com um homem, conseguem as melhores posições nas oficinas, chegando a ser donas, como um negócio do casal, porque conseguem conjugar trabalho produtivo e reprodutivo.

Nota-se, também, a diferença entre migração individual e familiar. No primeiro caso, há muito mais dificuldades e solidão para enfrentá-las. Em segundo lugar, a família consegue, junta, fazer sua vida na sociedade de destino, como é o caso de G. Entretanto, S. tem outra situação familiar, em que o cuidado com as filhas lhe ocupa tempo e dinheiro e lhe causa muita preocupação.

Como mencionamos acima, há outra distinção que não aparece nestes casos. Aqui, temos três mulheres nascidas em La Paz, na zona urbana. Mas há muita migração de áreas rurais da Bolívia, em que não se fala espanhol. Vêm mulheres que falam apenas quechua ou aymara, que enfrentam maiores dificuldades, poucas vezes saem das oficinas onde vivem e trabalham e são, de maneira geral, mais exploradas pelos donos das oficinas.

Entre as trajetórias de G., S. e C. B., se veem diferentes caminhos de inserção: o trabalho na costura, o trabalho doméstico nas oficinas e o emprego regularizado. Este último é o mais difícil, já que exige a regularização migratória, um maior domínio do português e uma relação mais próxima

⁷ O termo “mãe solteira” já carrega, em si, uma série de preconceitos e determinações sobre a relação da mulher com a maternidade e não pode ser tomado ser críticas. Para os propósitos deste trabalho, utilizaremos o texto com esta ressalva, para destacar as particularidades da condição de uma mulher que tem filhos e permanece com o companheiro, abrindo-se aí uma possibilidade de conjugar trabalho produtivo e reprodutivo entre o casal, e daquelas que não tem um companheiro e ficam responsáveis pelos filhos, tendo que, sozinhas ou com a ajuda de familiares ou amigos, dar conta do cuidado com as crianças e do trabalho produtivo.

com a sociedade de destino. A metrópole de São Paulo, por sua violência urbana, seu tamanho e sua língua diferente, é um lugar de estranhamento e medo para muitas migrantes, motivo que faz, muitas vezes, com que se isolem nas oficinas e no interior da comunidade boliviana.

Pelos dados obtidos na tabulação dos questionários realizados por funcionários do CAMI nas visitas que fazem às oficinas como agentes comunitários, notamos grande diferença no perfil das mulheres entrevistadas como donas de oficina e como costureiras. Os 102 questionários a que nos referimos aqui foram respondidos entre março e dezembro de 2013 em diversos bairros de São Paulo e da RMSP pelos donos das oficinas visitadas por estes agentes comunitários. Destes, 18 eram mulheres e, entre elas, apenas uma solteira; é importante ressaltar que os questionários foram respondidos pelas mulheres *apenas* quando os seus maridos não estavam presentes. Se há homens solteiros proprietários, o mesmo quase não acontece com as mulheres, que estão nesta condição apenas a partir de um projeto familiar em que o negócio pertence ao casal, incluindo uma divisão de tarefas entre eles atravessado diretamente pela questão de gênero: a mulher aparece uma vez mais como responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com o espaço privado da oficina, enquanto ao homem cabem tarefas como pagamento de contas, transporte de mercadorias e insumos, entre outras. A trajetória de S., relatada a seguir, abre o olhar para estas particularidades.

S. é de La Paz e tem 34 anos; está em São Paulo desde 2000. Veio com um primo trabalhar na costura, indo para uma oficina onde trabalhou como cozinheira. Contou que sua rotina era acordar, servir o café da manhã, cozinhar o almoço, dormir um pouco, limpar a cozinha e fazer o jantar. Logo, com um pouco de experiência, passou a trabalhar como costureira e se casou com um boliviano, com qual está casada até hoje. Com ele, teve duas filhas, a mais velha atualmente com 13 anos.

Com o marido, teve uma oficina no bairro do Brás, na região central, onde chegaram a ter 15 máquinas e muitos costureiros. Segundo S., ser dono de oficina custa muito caro e exige muito trabalho. Além disso, agora que tem as filhas mais velhas, tem medo de montar uma oficina e expor as suas crianças a serem assediadas ou violentadas por um costureiro. Por isso, vive com a sua família em uma casa no bairro de Cangaíba, próxima da irmã e do cunhado.

Diz S. que, por trabalharem apenas ela e o marido, lhes falta trabalho; dizem as empresas que “lhes falta produção”, que uma oficina com duas pessoas não consegue cumprir prazos nem grandes pedidos. Isso lhes dificulta muito a vida economicamente. Mesmo assim, recusam trabalhos quando julgam que não pagam bem, como quando lhes ofereceram R\$2,50 por peça para uma camisa que, segundo S., tinha muitas costuras e não valia a pena. Por outro lado, quando há trabalho, costuram até nove ou dez da noite.

Além disso, S. também se ocupa das atividades domésticas, como a cozinha e a limpeza da casa, e caminha com as filhas para ir e voltar da escola, porque tem medo da violência urbana. Diz que São Paulo é uma cidade muito mais violenta que La Paz, para além das situações de xenofobia que viveu ao longo destes quinze anos. Diz que não lhe sobra muito tempo com o que ocupa cuidando da casa e das filhas. Por isso não consegue trabalhar fora, por conta do tempo que necessita dedicar a estas atividades domésticas. O marido saiu para um emprego por um tempo, mas voltou e continuam costurando em sua casa mesmo.

S. se queixa dos altos preços da vida em São Paulo, que segundo ela começaram a subir cinco anos atrás. Diz que os preços altos são uma grande dificuldade na sua vida e que gasta, por semana, R\$ 70 ou 80 na feira, com frutas e verduras. Seu desejo é voltar para a Bolívia, mas fica no Brasil por causa das filhas, que veem em São Paulo a possibilidade de estudar e ter uma profissão. S. diz que, mesmo 15 anos depois, se sente uma estrangeira, fora de seu lugar. Seu sonho é fazer uma especialização e trabalhar como confeitadeira.

Podemos, a partir destas considerações, criticar uma suposta *neutralidade* do sujeito migrante, uma leitura sexualmente neutra do migrante, que não se atenta a particularidades de gênero. Algo que a dissociação-valor nos permite desvendar: o dominante e o “neutro” são o masculino; se no princípio estrutural o feminino lhe é dissociado, no campo teórico também o será, de forma que os estudos do feminino são chamados estudos de gênero, como se esta categorização coubesse apenas aqui, ou seja, “gênero” como tudo aquilo *que não é* masculino.

Em *Migração e mobilidade na crise e contemporânea da modernização*, Carlos Vainer (1999) se pergunta: “*Afinal de contas, o que é que há de novo no horizonte dos movimentos e deslocamentos espaciais de população neste fim de século?*” (VAINER, 1999, p. 11, grifo do autor). Procede, daí, a refletir se os chamados novos fenômenos constituem novos fatos sociais ou se tratam de fenômenos invisibilizados que, por algum motivo, vem à tona.

O estabelecimento destas “novidades” traz como problema também a sua possibilidade de análise; nesse sentido, Vainer reflete se seria necessário criar novos corpos teórico-conceituais ou se não se trata de produtivismo ou modismos acadêmicos. Aponta, ainda, que estas “novidades” tornam-se motivo de disputa no campo teórico, em que diferentes correntes e áreas de estudo puxam para si a nova problemática em questão, o seu lugar no conjunto de relações sociais e a sua natureza e qualificação (Vainer, 1999).

Pensamos que ambas as questões podem ser aplicadas ao estudo das migrantes bolivianas. Por um lado, na revisão bibliográfica encontramos poucos textos específicos sobre o tema; em trabalho de campo, no entanto, estivemos em contato com diversos pesquisadores trabalhando com o tema

atualmente, em diversas perspectivas de análise. Isso nos sugere uma explosão recente do tema “mulheres bolivianas imigrantes” em diferentes setores da pesquisa acadêmica. C. A., funcionária do CAMI, nos disse uma vez: “Nossa! O que acontece que de repente todo mundo quer estudar a mulher boliviana?”. Nestes termos, a qual tipo de “novidade” se refere a migração feminina boliviana?

(...) um primeiro tipo de novidade: diz respeito a novos fatos sociais. O segundo tipo de novidade é aquele resultante de um processo de reconfiguração da nossa capacidade perceptiva: é como se determinados processos ou práticas presentes desde há muito tempo na realidade social viessem à tona. (...) Estas são novidades de natureza muito especial pois a seu respeito podemos afirmar que sua identificação ou descoberta aponta o surgimento de algo que não estava no horizonte teórico-conceitual. A pergunta, neste caso, seria: por que determinadas dimensões do mundo real antes visíveis agora tornam-se visíveis? Por que aquilo que antes não era percebido, embora ali estivesse, passa a ser percebido? (VAINER, 1999, p. 14)

É possível pensar em uma combinação dos dois casos. Em nosso trabalho de campo, ouvimos a afirmação de que, na Bolívia, há mais mulheres migrando que homens e isso constitui um fato novo. Em São Paulo, o número de homens é ainda maior, mas tem aumentado proporcionalmente a quantidade de mulheres que vem à cidade. Por outro lado, já havia mulheres migrantes antes que não eram contempladas *particularmente* nos estudos desta migração (embora trabalhos como *Costurando sonhos* mencionem as mulheres em algumas passagens) como um grupo de particularidades próprias, tanto no sentido do trabalho quanto da violência. Sempre vieram mulheres, mas sobre as quais não se falava; hoje, em São Paulo, há um aumento proporcional do número de mulheres em relação ao de homens, embora não o supere.

Nesse sentido, pontuamos ainda duas questões. A primeira: está se criando um novo corpo teórico para discutir questões relativas a gênero, particularmente na migração, para tratar de um fenômeno que se constitui como “novidade”, real ou teórica. A segunda: o fato de se proliferarem estudos sobre a questão de gênero, particularmente na área de migrações, também indica o estado atual de certo corpo teórico que, no marco da crítica feita por Roswitha Scholz, foca no tema das diferenças, por vezes autonomizando e hipostasiando a diferença pelo lado da cultura, sem preocupar-se em desvendar o processo histórico crítico formador dessas mesmas diferenças, para assim colocá-las negativamente.

Pensando, então, a formação deste momento de migração de bolivianas, podemos usar a Declaração de La Paz, texto final do Encontro Sul-americano “Gênero e migrações” realizado em 1999 na cidade de La Paz, na Bolívia. O documento afirma:

Que nas recentes duas décadas as mulheres vêm protagonizando uma experiência inédita; superaram o tradicional protagonismo masculino nas rotas migratórias,

sendo, em alguns casos, pioneiras de ditos processos. Atualmente, as mulheres representam mais de 50% do total de imigrantes no mundo; em cifras, representam mais de 95 milhões. (ILLES E PLAZA, 1999, p. 1)

A questão aqui colocada é, portanto, de que há um fato social novo que é, possivelmente, o *aumento* do número de mulheres migrantes ou ainda que este número tenha ultrapassado o de homens (controverso, já que as estatísticas de migração são complicadas). Ao mesmo tempo, essa afirmação não quer dizer que antes *não havia* mulheres migrantes. O corpo teórico que permite acessar as particularidades da migração especificada por gênero tem um desenvolvimento recente, focado no estudo da mulher.

O estudo da migração feminina se divide em diversas áreas e concepções teóricas. Peres (2013) faz uma análise dos principais temas e questões debatidos nestes estudos. Para isso, ela pontua que o conceito de feminização é mais que um aumento quantitativo do número de mulheres em determinado fluxo migratório, mas os impactos e contradições do processo social criado por este, destacando que “há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório” (PERES, 2013, p. 610). Peres (2013) afirma ainda que, para diversos autores que discutem a problemática de migrações e gênero, considera-se que a migração feminina sempre existiu, mas as mulheres estiveram invisibilizadas nos estudos acadêmicos como sujeitos migratórios.

Segundo a autora, “a questão ‘de que maneira se articulam a migração de mulheres e seus condicionantes e que tipo de impactos e especificidades se observam deste fenômeno?’ se faz central” (PERES, 2013, p. 609). Ainda, como questões do estudo da migração feminina, ela coloca:

Daí a importância de um estudo aprofundado da migração feminina. As experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. As lógicas de gênero (Kebabza, 2004), em contextos migratórios, se expressam de forma “sutil e íntima”. Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é através dessas transformações que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade do fenômeno. (PERES, 2013, p. 610)

A autora propõe três relações para o estudo de migrações e gênero: trajetórias migratórias e ciclo de vida, estratégias migratórias e redes sociais e trabalho imigrante e relações de gênero. Nossa pesquisa se foca nesta última relação. Para nós, não se trata de analisar um fluxo exclusivamente ou majoritariamente feminino, mas sim as particularidades em relação ao trabalho que aparecem concretamente para as migrantes bolivianas no setor da costura em São Paulo.

Nesse sentido, pode-se pensar essas transformações para a mulher boliviana aguentando a tensão entre a aparência e o princípio estrutural da dissociação-valor (Scholz, 2000, 2004). Retoma-se aqui a crítica da neutralidade. No sentido de que, para Scholz (2000, 2004), a crítica à teoria do valor consiste justamente na neutralidade de gênero da análise, que não identifica o universo masculino do valor e aquele que lhe é dissociado, o feminino. Na mesma medida, podemos pensar que, de maneira geral, o migrante é tratado de forma neutra, sem especificação de gênero. Como já apontamos aqui, no entanto, a migração para homens e mulheres traz particularidades. Quando se fala em “feminização” dos fluxos migratórios, fala-se implicitamente que os fluxos migratórios são em princípio masculinos, transformando-se com a entrada de mulheres.

De acordo com Freitas (2013) e Silva (2008), a migração pode ser uma estratégia individual ou familiar, buscando a melhoria das condições de vida através do trabalho. Segundo Freitas (2013), ainda, as condições de origem do migrante boliviano podem determinar o sucesso ou não do projeto migratório. No caso das mulheres, é especialmente a família que determina a migração e a permanência.

Parte das condições de trabalho dos imigrantes bolivianos acontece em função dos projetos migratórios. Para a maioria deles, a intenção é viver pouco tempo no Brasil, juntar dinheiro e voltar para a Bolívia. Por isso as oficinas de costura lhes convêm: podem trabalhar mais se quiserem, em função do ganho por produtividade; não pagam aluguel e também não precisam assumir nenhum tipo de contrato em relação a isso; tampouco assumem contratos de trabalho, o que os deixa liberados para se mobilizarem entre oficinas ou de volta ao país. G., por outro lado, possui carteira de trabalho e defende o trabalho registrado; ela pretende morar definitivamente no Brasil. Sua família possui uma pequena oficina autônoma, o que reforça a vontade e as possibilidades de permanência.

Nos termos do valor-dissociação, podemos desdobrar a partir daí três questões, a serem desenvolvidas mais adiante. A primeira: nos permite pensar a migração como parte do universo masculino do valor, como atividade que pertence ao âmbito do masculino.

A dissociação-valor não é nenhuma estrutura rígida, (...) mas sim um processo. Também não deve ser concebida como estática e sempre a mesma. Na pós-modernidade, ela assume mais uma vez uma nova face. As mulheres são agora “duplamente socializadas”, como assinala Becker-Schmidt, o que significa que elas são por igual responsáveis pela família e pela profissão. A novidade no caso não é, porém, apenas este simples fato, como já foi assinalado muitas vezes – grande parte das mulheres já antes era duplamente socializada, particularmente as mulheres da camada inferior – mas sim que esta fatualidade e as contradições estruturais que a acompanham deem nas vistas. (SCHOLZ, 2000, p. 18)

Se, para Scholz (2000, 2004), o feminino está *dissociado* da esfera masculina do valor e do trabalho, a migração feminina (compreendida como mobilidade da força de trabalho) aparece como a presença de mulheres no âmbito masculino do trabalho abstrato. Se são obscurecidas pela teoria, pode-se entender aí também um momento desta *dissociação*. A particularidade da sua inserção como migrantes trabalhadoras em oficinas de costura não poderia prescindir da sua condição de dissociadas.

A segunda: a migração feminina aparece, muitas vezes, como um movimento de tomada de autonomia / independência das mulheres em relação aos homens; embora isso possa ser verdadeiro, retoma-se aqui a tensão entre essência e aparência conforme mencionada por Scholz (2000), posto que cabe o mesmo raciocínio da liberação das mulheres para o trabalho; a migração feminina aparece como liberação das mulheres para um trabalho precário superexplorado e para novas formas de violência às quais antes não estavam expostas (ou aqui tornam-se mais vulneráveis, como disse T., pela distância da família; inclusive algumas tornam-se mais dependentes dos homens *após* a migração, justamente pelo afastamento da família). Inclusive, nesta autonomia não aparece o fato de que as mulheres estão marcadas pela responsabilidade familiar: é com as “mães solteiras” que ficam os filhos, é com mulheres que se veem as crianças durante eventos e até mesmo durante as aulas.

A terceira: que a migração feminina entra nos termos do *asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias* (Scholz, 2000, 2004), já que a entrada das migrantes neste universo masculino é marcada pelo trabalho precarizado, pela dupla socialização na forma de trabalho doméstico e pelas formas particulares de violência (no caso das bolivianas, violência sexual e doméstica nas oficinas de costura, xenofobia no atendimento de saúde ou nas escolas, como mães).

A migração, ao mesmo tempo, carrega e tensiona as relações de gênero colocadas para as bolivianas a partir da origem, redefinindo suas particularidades. Para elas, em relação à família, incluída aqui a relação conjugal, existem dois momentos: o controle familiar, por parte dos membros masculinos próximos (namorado / marido / companheiro; pai; irmão) e o cuidado familiar, principalmente em relação aos filhos.

O cuidado familiar aparece, para nós, marcando as trajetórias de S. e C. B. S., nos encontros que tivemos aos domingos, estava sempre com as filhas e a sobrinha, responsável por elas e pelo seu almoço. Na entrevista, explica que é ela quem cuida das filhas, as leva e busca na escola, já que tem medo que circulem sozinhas pela cidade. Sua experiência migratória é marcada pela condição de mãe casada afetando, inclusive, a (im)possibilidade do retorno, já que S. permanece em território brasileiro por causa das filhas, ainda que quisesse retornar.

É curioso que, na fala de S., raramente aparece a figura do marido, quase como se não

fizesse parte de sua estória. Comentou ela que, pelas dificuldades que têm de conseguir trabalho na costura, já que costurando apenas em dois não conseguem pegar grandes pedidos porque “não dá produção”, o marido trabalhou “fora” por algum tempo, dando a entender que ele tinha saído da cidade. Neste caso, cabe à mulher ficar com a casa e as filhas, sendo essa a sua obrigação; são formas empíricas das características do feminino definidas pelo valor-dissociação como princípio social. Se à mulher cabe a afetividade, a emotividade e a marginalidade no universo abstrato do valor, então é a ela que cabe o cuidado com os filhos, enquanto o marido sai para trabalhar.

Já o caso de C. B. é diferente; como “mãe solteira”, sua trajetória está marcada por esta condição desde a origem. A característica do feminino sob o valor-dissociação como princípio estrutural apontada acima está já na origem da “mãe solteira” e da responsabilidade dos filhos que cai sobre a mulher a partir de uma separação entre os pais da criança. Numa situação assim colocada, C. B. tem de lidar sempre com a tensão entre a necessidade do trabalho abstrato e a responsabilidade com sua filha; quando, na Bolívia, trabalhava na sorveteria, levava a filha para o trabalho e esta ficou doente, por exemplo. Para evitar qualquer possível leitura equivocada, ressaltamos que não há uma busca de culpa ou um julgamento moral; queremos aqui desvendar um princípio social nas suas dimensões teórico-abstrata e empírico-concreta, afetando diretamente trajetórias de migração.

Feita esta ressalva, o caso de C. B. demonstra esta tensão mais uma vez, justamente no momento da migração, em que a questão da responsabilidade sobre a filha está sempre presente: quando deixa B. na Bolívia e vem a São Paulo verificar qual a possibilidade de trazê-la; quando traz B. é sem autorização do pai, através de documentos falsificados.

A relação com a própria mobilidade é marcada pela condição de mãe, particularidade feminina. Scholz (2000, 2004) ressalta que a teoria do valor-dissociação “(...) não deixa partir do princípio de que os indivíduos masculinos e femininos correspondem sem mais nem menos à situação estrutural assim definida. Os homens e as mulheres nem se encaixam nela a cem por cento, nem conseguem subtrair-se por completo às correspondentes atribuições” (SCHOLZ, 2004, p. 2). Ou seja, a possibilidade de que a migração masculina seja também marcada pela responsabilidade familiar está colocada, mas destacamos aqui a condição específica da mulher.

Ainda, olhando para a trajetória de C. B., fica aparente como a condição materna é tensionada com o trabalho abstrato, quando ela comenta seu emprego na costura principalmente a partir da relação que o trabalho lhe permite ter com a filha. Dessa forma, aparece empiricamente a relação contraditória entre valor e dissociação definindo uma trajetória de migração feminina, contrapondo o trabalho abstrato e as atividades reprodutivas.

Por outro lado, entre as entrevistas realizadas, aparecem também momentos de controle

familiar definindo as estórias destas migrantes. No caso de G., a vontade de migrar aparece primeiro em sua irmã, mas o pai apenas o permite quando ela é acompanhada pelo irmão, ou seja, por um homem. Depois, repete-se o caso: a iniciativa de migrar parte da mãe, mas a *tomada de decisão* cabe ao pai. Estes procedimentos de controle familiar também são marcas nas trajetórias de migração feminina, quando em muitos casos não é *permitido* à mulher circular sozinha, o que restringe a mobilidade feminina.

A “liberdade” da mulher não pode ser pensada fora dos termos da “dupla liberdade” definida por Gaudemar (1977). Se há restrição na sua circulação, esta não pode ser tomada positivamente, se o que lhe é tolhido é a mobilidade para o trabalho. Neste caso, mesmo estando desprovida das condições necessárias de sua força de trabalho, também não se pode dizer que pode dispor à vontade de sua força de trabalho como mercadoria que lhe pertence *perante* os mecanismos de controle familiar, que regula a sua mobilidade, como no caso de G. e de sua irmã.

Destacamos, ainda, as formas de violência física que este controle familiar pode tomar. A questão da violência doméstica é um ponto fundamental da experiência de mulheres bolivianas imigrantes em São Paulo, que não aparece nas falas a não ser como silêncio e como não dito. Esta não deixa de ser uma forma concreta de violência no marco de um patriarcado produtor de mercadorias; uma violência em si mesma moderna. Dr. Francisco, o médico da UBS Bom Retiro, destacou os casos de mulheres agredidas que atende.

Incluem-se aí os casos de assédio e abuso sexual, que também são formas de controle à escala do corpo. No entanto, já não necessariamente vem da família, ainda que Francisco tenha relatado certo caso de incesto; a maioria dos casos vem de donos de oficina ou costureiros homens, como no caso de S., que nem sequer contrata um ajudante para a pequena oficina caseira por temer pelo bem-estar das filhas. São, neste caso, formas mais personalizadas do valor-dissociação, em que a posição hierárquica do homem sobre a mulher se afirma concretamente até no domínio sobre o seu corpo.

Na conversa que tivemos com T., nos contou que “antes você andava pela rua e via um boliviano ou outro. Hoje você vai na Kantuta, na Coimbra, e já não cabe mais gente!”. Nestes anos, percebeu um aumento do número de mulheres, principalmente vindo sozinhas, sem as famílias. Segundo ela, os temas que mais afetam a boliviana em São Paulo são o planejamento familiar, a saúde reprodutiva, a sua experiência no trabalho, a violência doméstica e a educação (como responsável pelo cuidado com os filhos).

Em primeiro lugar, o planejamento familiar, como nos conta o Dr. Francisco, é inexistente; elas são muitas vezes proibidas pelo companheiro de usar contraceptivos, que alegam que seria algo apenas de “mulheres promíscuas”. Segundo o médico, o método mais requisitado pelas migrantes é

a injeção contraceptiva, que pode ser facilmente escondida do companheiro e tomada em segredo. Também se submetem a formas arriscadas de aborto, como nos relatou uma obstetra do Hospital da Mooca. Quando engravidam, não deixam de trabalhar na costura, pois perdem produtividade e, portanto, salário. É comum que sigam trabalhando até o dia do parto e voltem à costura pouco tempo depois, sendo frequente o relato de mães amamentando sentadas à máquina. No momento do parto, são expostas ainda à xenofobia presente no sistema de saúde, principalmente na forma particular da violência obstétrica: por questões religiosas, as bolivianas não querem submeter-se ao procedimento da cesárea, padrão no Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, são impedidas de fazer o parto natural e forçadas a uma cirurgia que, por um lado, contraria suas crenças e, por outro, tem uma recuperação mais longa, o que atrasa o retorno delas ao trabalho.

Outra questão presente no cotidiano destas mulheres, ainda que de forma velada, é a violência doméstica perpetrada por seus companheiros ou familiares. Na UBS Bom Retiro, como nos foi relatado, não são poucos os casos de mulheres bolivianas que aparecem com marcas de agressões físicas sem, no entanto, denunciar o agressor, justificando como “acidentes” ou “quedas”. O lançamento da cartilha *Mujer... da vuelta la página* marca esta problemática; é uma tradução de outra cartilha, já publicada pelo Governo do Estado para a mulher brasileira, que caracteriza a violência doméstica e formas de denúncia por parte da sobrevivente, através da Delegacia da Mulher e da Lei Maria da Penha. Essa tradução, realizada com apoio do CAMI, foi feita para o público imigrante latino-americano.

Nas oficinas, como marca S., também há casos de violência e abuso sexual contra as mulheres, tanto por parte dos donos de oficina quanto dos outros costureiros. Neste caso, essa condição é dada principalmente pelo fato de a oficina é também local de moradia e coloca as migrantes em situação de maior vulnerabilidade.

Por fim, a inserção particular destas mulheres no contexto do trabalho nas oficinas de costura será desdobrada adiante, no segundo capítulo deste trabalho. Em conjunto, todas estas questões compõem esta *dupla condição de mulher e migrante*, em que as duas categorias da dissociação não se sobrepõem mas, antes, criam novas particularidades. A isso, acrescenta-se a inserção no trabalho nas pequenas oficinas de costura que define, para elas, um contexto muito específico de relações na sociedade brasileira. A seguir, esboçamos brevemente como a geografia entende a migração feminina e como podemos pensá-la a partir da crise do trabalho.

3. Geografia, migração e crise

No âmbito dos estudos de geografia e gênero, o texto de Hanson e Monk (2008), publicado

nos EUA em 1982, não traduzido para o português ou publicado no Brasil, é talvez um pioneiro no tema. Discute porque a geografia não debate a questão de gênero, enquanto outras disciplinas o fazem e de que formas a geografia poderia incorporar esta dimensão em suas pesquisas mas não o faz, em relação a conteúdo (especificar inadequadamente dos problemas de pesquisa, elaborar teorias “gender-blind”, supor de papéis tradicionais de gênero, evitar temas que afetam diretamente as vidas de mulheres, não dar atenção à importância do gênero nas atividades femininas), em relação a método (seleção de variáveis, seleção de respondentes, fontes secundárias inadequadas) e em relação a objetivos (basear políticas públicas e tomadas de decisão, contribuir para uma transformação social). Este texto é considerado uma inauguração do debate na área de geografia e gênero.

Seguindo os desdobramentos teóricos deste debate na geografia norte-americana, as pesquisas na área de gênero tem muito mais projeção e inserção nas universidades. Rachel Silvey (2004, 2006), da Universidade do Colorado, investiga as contribuições dos estudos geográficos para a área de migrações e gênero, identificando as principais linhas de pesquisa e debate.

No artigo publicado em 2004, Silvey faz uma importante crítica feminista dos enfoques neoclássico e estruturalista, conforme definidos por Salim (1992), Becker (1997) e Póvoa Neto (1997), rejeitando as análises de forças de atração e repulsão e, por outro lado, leituras “economicistas” das migrações. Ela ressalta a possibilidade que uma geografia feminista das migrações oferece para discutir as categorias próprias da disciplina, como escala, espaço e lugar.

Neste artigo (Silvey, 2004), o objetivo da autora é fazer um levantamento de temas pelos quais estão circulando os estudos de Geografia em migração e gênero e fazer uma revisão bibliográfica destes estudos, apresentando um certo panorama da temática. Os temas são: i) as políticas da escala; ii) mobilidade como um processo político; iii) lugar e espaço e iv) subjetividade / identidade. Ela menciona que quer fazer um caminho por dentro das contribuições que os trabalhos feministas tem feito para relacionar os estudos migratórios com a teoria crítica.

Seus apontamentos finais são: i) pesquisadores de migração feminista podem / devem ler fora da disciplina; ii) leitura da teoria queer para pensar as relações de heteronormatividade na migração, na operação de poder e na construção da ordem social; iii) lidando com raça e diferença, é possível pensar nas relações entre estudos de mobilidade, gênero e teoria crítica de raça; iv) dar corpo aos estudos migratórios pela atenção às fronteiras e barreiras / limites; v) releitura da esfera supranacional e sua relação com os processos migratórios (Silvey, 2004).

Em 2006, a autora retoma seu argumento central: estudar migração e gênero não é importante por causa de quantidade de mulheres migrando, mas é importante teoricamente para pensar a própria Geografia: “I argue that engagement with the feminist geography literature, and

with the growing body of feminist geographic migration research in particular, can help further specify both some key tenets of recent geographic theory as well as the relevance of these debates to interdisciplinary research on gender and migration” (SILVEY, 2006, pp. 64-65)⁸. Para nós, isso significa a passagem de um argumento empírico para um argumento teórico da disciplina, para justificar nossa própria pesquisa.

A autora destaca a importância de prestar atenção ao papel que o gênero e os outros marcadores sociais da diferença tem na formação de geografias desiguais de mobilidade, pertencimento, exclusão e deslocamento. Estudos migratórios feministas focam o entendimento das dimensões sociais e espaciais da mobilidade associadas a gênero, cidadania, raça, classe, nação, sexualidade, casta, religião e deficiência.

(...) the emphasis here is on the specific ways that feminist geography aims to augment interdisciplinary conversations on gender and migration. In *geographic* analyses of migration, social refractions are examined most centrally in relation to specific *spatialities* of power. Geographic research on gender and migration asks how relations of gender, as these intersect with race, class, and other differences, are developed and navigated through spatial mobility. (SILVEY, 2006, p. 65, grifos da autora)⁹

Neste artigo, publicado em 2006, os temas elencados são construção social da escala, políticas de relação entre lugar e identidade, produção sócio-espacial de fronteiras, mostrando o desenvolvimento dos estudos na área ao longo dos anos em que novas pesquisas foram realizadas. Silvey (2006) procede descrevendo diversas pesquisas em cada área e as contribuições feitas por cada uma para o debate teórico da sua disciplina.

No texto de Hanson e Monk (2008), encontramos diversos argumentos sobre a falta de inclusão do gênero como dimensão da pesquisa geográfica, principalmente entre os conteúdos. Quando elas comentam a especificação inadequada dos seus problemas de pesquisa, afirmam: “Many geographic research questions apply to both men and women, but are analysed in terms of male experiences only”¹⁰ (HANSON E MONK, 2008, p. 38), como muitas vezes ocorre nos estudos de migração; para o caso boliviano, podemos citar a grande maioria dos estudos sobre este grupo

⁸ “Eu argumento que o engajamento com a literatura geográfica feminista e com o corpo crescente de pesquisas geográficas feministas sobre migração em particular pode ajudar a aprofundar tanto aspectos chave da teoria geográfica recente quanto a relevância destes debates para a pesquisa interdisciplinar sobre migrações e gênero” (SILVEY, 2006, pp. 64-65, tradução própria).

⁹ “(...) a ênfase aqui é nas formas específicas que a geografia feminista busca para ampliar as conversas interdisciplinares sobre migrações e gênero. Nas análises *geográficas* da migração, refrações sociais são examinadas principalmente em relação a *espacialidades* do poder específicas. Pesquisas geográficas sobre migrações e gênero perguntam como relações de gênero, na medida em que se interseccionam com raça, classe e outras diferenças, se desenvolvem e navegam através da mobilidade espacial” (SILVEY, 2006, p. 65, grifos da autora, tradução própria).

¹⁰ “Muitas perguntas de pesquisas geográficas se aplicam a homens como mulheres, mas são analisadas apenas nos termos da experiência masculina” (HANSON E MONK, 2008, p. 38, tradução própria).

migratório que desconsidera gênero como fator de análise, apesar de não estarem localizados academicamente na geografia.

As autoras também comentam as teorias “gender-blind”, cegas às particularidades de gênero: “(...) such theory may be dangerous if gender is an important explanatory variable and is omitted”¹¹ (HANSON E MONK, 2008, p. 38), para a qual replicamos o comentário anterior sobre a literatura produzida sobre imigrantes bolivianos em São Paulo.

Destacamos ainda como problema dos estudos migratórios conforme mencionado no texto a suposição de papéis tradicionais de gênero que aparecem, como em afirmações em Almeida (2013), na forma da suposição da mulher como seguidora e não pioneira das migrações.

As autoras também consideram a falta de atenção à importância do gênero e atividades femininas e, para este caso, consideram como exemplo uma pesquisa sobre migrações internas na Índia e, apesar de dois terços desta população ser mulher, o migrante homem foi considerado como a “indicação real” do sujeito migrante indiano. Este exemplo indica a importância dos estudos de migração feminina que considerem o gênero como fator central de análise.

Dentro do pensamento geográfico sobre migrações, é possível discutir os chamados troncos teóricos (Salim, 1992) dos estudos migratórios a partir de Ravenstein (1885), Max Sorre (Megale, 1984), Pierre Monbeig (1984) e José de Souza Martins (1986), Marx (1983) e Gaudemar (1977). O primeiro destes textos é considerado pioneiro nos estudos migratórios, definindo as “leis da migração” para o final do século XIX. Ravenstein (1885) afirma:

A mulher migra mais que o homem. Esta afirmação pode surpreender aos que associam a mulher à vida doméstica, embora os resultados do Censo provem-no claramente. Também é verdade que as mulheres não deixam os distritos rurais para as cidades em busca apenas de serviços domésticos, mas sim que migram com bastante frequência para distritos manufatureiros onde a oficina passa a constituir rival importantíssimo da copa e cozinha. (RAVENSTEIN, 1885, p. 62)

Por estas considerações, Ravenstein (1885) é considerado por Peres (2012) e por Silvey (2006) como uma das primeiras referências à migração feminina. Segundo Silvey (2006), além do trecho citado acima, Ravenstein (1885) também concluiu que as mulheres migravam mais que os homens dentro do país de origem, mas tendiam menos a viajar maiores distâncias. A autora também destaca que a afirmação de que “a mulher migra mais que homem” valia, naquele contexto, apenas para mulheres européias, mas foi tomada como lei também para países não europeus.

A principal crítica de Silvey (2006) a estas afirmações de Ravenstein (1885), quando a autora debate o impacto que pesquisas sobre migrações e gênero podem ter sobre as definições do conceito de escala, é que “(...) his view that males are more mobile overall than females reflects his

¹¹ “(...) tal teoria pode ser perigosa se gênero é uma variável explicativa importante e é omitida” (HANSON E MONK, 2008, p. 38, tradução própria).

gendered assumptions about which scales of mobility – cartographically, geographically, operationally, and in terms of resolution – most matter”¹² (SILVEY, 2006, p. 67). Como apontam Hanson e Monk (2008), as teorias “gender-blind”, cegas às particularidades de gênero, negam as contribuições que o gênero como fator de análise pode trazer para o debate das próprias categorias da Geografia.

Por outro lado, Silvey (2006) critica em Ravenstein (1885) que “Gender, meanwhile, is reduced to biological sex, thereby naturalizing, rather than questioning the gender constructions tied to specific short- and long-distance migrations and the relative frequency and rationales behind women's and men's particular travels”¹³ (SILVEY, 2006, p. 67).

Esta crítica se estende à geografia, conforme expresso por Hanson e Monk (2008), que buscam entender porque gênero foi desconsiderado como fator significativo de análise, incluindo o reduzido número de mulheres na disciplina, o predomínio de uma Geografia positivista e os paradigmas alternativos que não incorporaram a perspectiva feminista, como o marxismo e a fenomenologia. A convergência entre Hanson e Monk (2008) e Silvey (2006) é afirmar que a geografia negligenciou o gênero como um fator de pesquisa, para prejuízo do seu próprio campo epistemológico e dos seus estudos empíricos e que incluir as pesquisas em gênero no seu corpo de investigação, provoca revisões teórico-metodológicas e epistemológicas na própria disciplina.

Hanson e Monk (2008) criticam também o caráter planejador da geografia e as pesquisas orientadas para servir de base a projetos de planejamento. A mesma crítica é feita por Leite et al. (2013) sobre os estudos de migração conforme feitos atualmente, que pressupõe as migrações como um fato controlável e, ao mesmo tempo, legitima práticas estatais de intervenção e planejamento. A redução do trabalho a objeto de gestão, sobretudo estatal, esconde seu processo histórico de formação e imposição, assim como oculta, na necessidade do planejamento ou da intervenção política sobre os problemas que antecipam ou são decorrentes dos deslocamentos populacionais, os recursos de controle dos trabalhadores (Leite et al., 2013). Da mesma forma, o crescente interesse em promover políticas públicas voltadas à mulher imigrante, como vimos em campo por parte das instituições de assistência migratória, corre o mesmo risco. A questão seria, antes de *incluir* a problemática de gênero na agenda pública, criticar o caráter instrumentalizado de uma geografia que se presta a servir de suporte para tais projetos.

Os autores fazem ainda uma ressalva importante quando consideram também o lugar do

12 “(...) a visão dele [Ravenstein] de que homens são, de maneira geral, mas móveis que mulheres reflete suas suposições de gênero sobre quais escalas de mobilidade – cartograficamente, geograficamente, operacionalmente e em termos de resolução – mais importam” (SILVEY, 2006, p. 67, tradução própria).

13 “Gênero, por outro lado, é reduzido a sexo biológico, o que naturaliza, antes de questionar, as construções de gênero ligadas a migrações específicas de curtas e longas distâncias e a frequência e a proporção relativas por trás das viagens particulares de homens e mulheres” (SILVEY, 2006, p. 67, tradução própria).

pesquisador ou pesquisadora das migrações como parte de um processo de subjetivação inerente àquele que analisa a própria sociedade na qual se insere, ainda que busque criticar seus fundamentos. O argumento vem de Heidemann (2010), quando afirma que:

(...) não há para o estudioso das migrações um objeto externo, não existe um objeto sem precondições, porque as relações sociais e os conceitos estão ligados. Migrante e pesquisador estão sujeitados à razão do cotidiano. Para ambos existem como matriz a priori *trabalho, dinheiro, direito, estado* etc. (...) A reflexão sobre as percepções do mundo do migrante deve sempre levar em consideração que o cotidiano e as pesquisas sobre o cotidiano já são filtrados pela matriz historicamente produzida. (HEIDEMANN, 2010, p. 26, grifos do autor)

O que o caminho por dentro das pesquisas de migração e gênero dentro da geografia nos mostra é a possibilidade de criticar a geografia em dois aspectos: i) naquele que desconsidera o gênero como fator crucial de investigação e ii) naquele em que a disciplina se coloca como ciência da gestão e do planejamento, em lugar de fornecer bases para uma leitura crítica da sociedade.

Daí a tentativa, que fazemos aqui, de uma leitura de migração feminina que articule os conceitos de mobilidade do trabalho e valor-dissociação, atenta ainda aos próprios limites. Seria preciso, nestes termos, considerar a migração de mulheres bolivianas a partir de um contexto de crise do trabalho e de *asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias*, como expomos a seguir.

Entende-se que este momento de crise do trabalho leva os indivíduos ao desespero de tentar vender a força de trabalho a qualquer custo, antes de não poder vendê-la de forma nenhuma.

Os últimos impedimentos para a comercialização generalizada de todas as relações sociais podem ser eliminados sem crítica, quando é colocada em perspectiva a criação de alguns poucos e miseráveis “postos de trabalho”. E a frase, seria melhor ter “qualquer” trabalho que nenhum, tornou-se a profissão de fé exigida de modo geral. (GRUPO KRISIS, 2007, p. 86)

A crise do trabalho abstrato assim permite e impulsiona um movimento de precarização, no qual vemos as costureiras bolivianas inseridas. Vêm para o país aceitando os baixíssimos salários das oficinas para juntar dinheiro e retornar à Bolívia. Esse é o depoimento das migrantes: sabem quanto vão trabalhar e receber e, ainda assim, vem ao Brasil juntar dinheiro, economizar. Inclusive, argumentam que ganham mais que os trabalhadores brasileiros registrados em carteira. Dizem que não se importam com o trabalho duro, que estão acostumados a trabalhar muito, que o brasileiro é que é “preguiçoso”, que ele não aceita o trabalho na costura porque é muito pesado. Conversando com elas, ressaltamos que o valor pago pelas peças é muito baixo (principalmente em relação ao seu preço final) e a resposta foi que, se elas não fizerem, alguém vai fazer. “O deus dominante sabe impor sua vontade sem sujeito através da 'coerção silenciosa' da concorrência” (GRUPO KRISIS,

2007, p. 102). Ou ainda: “Com o trabalho abstrato a tornar-se obsoleto, surgem novas relações precárias de trabalho flexível como grande tendência social” (SCHOLZ, 2004, p. 3), o que nos remete ao mesmo tempo à precarização do trabalho feminino e à questão migratória, estando os migrantes mais suscetíveis aos trabalhos precários.

Se os que caíram fora futuramente não quiserem viver de ar ou de caridade cristã, precisam aceitar qualquer trabalho sujo ou de escravo e qualquer programa de “ocupação”, mesmo o mais absurdo, para demonstrar a sua disposição incondicional para com o trabalho. Se aquilo que eles devem fazer tem ou não algum sentido, ou é o maior absurdo, não interessa. O que importa é que eles fiquem em movimento permanente para que nunca esqueçam a lei que obedece sua existência. (GRUPO KRISIS, 2007, p. 91)

Para pensar a relação entre migração e crise do trabalho, Kurz (2005) dá algumas pistas. A primeira: “A migração, como a guerra, apenas pode ser explicada como fenômeno de um desenvolvimento social concreto” (KURZ, 2005, p. 1) ou seja, a migração deve ser pensada como forma concreta de um processo social, a crise do trabalho no movimento contraditório de desenvolvimento das forças produtivas.

Em segundo lugar, ele localiza historicamente as causas da migração global, desde a Revolução Industrial, o que toca no processo de mobilização para o trabalho conforme enunciado por Gaudemar (1977). A migração atual está no centro do processo crítico de desenvolvimento do capitalismo:

(...) processos cegos de “liberação” e desenraizamento, agora, contudo, na direção exatamente oposta da história anterior da modernização. As pessoas não estão coercitivamente “liberadas” das relações agrárias *para o trabalho abstrato*, mas estão sendo catapultadas *para fora do próprio trabalho abstrato*. O pano de fundo não é mais, no entanto, a mobilização da força de trabalho para o capitalismo, mas a *desmobilização mundial da força de trabalho* na terceira revolução industrial, que estragou o apetite do capital por “hands” (mão-de-obra). (KURZ, 2005, pp. 5-6)

Kurz, em *Barbárie, migração e guerra de ordenamento mundial* (2005), indica que as migrações são consequência direta desta crise; na medida em que o trabalho humano é substituído pela máquina e torna-se supérfluo (sendo a contradição fundamental o fato de que sem trabalho não se gera valor), os trabalhadores se dirigem aos “oásis” do trabalho mundial, onde tentam vender sua força de trabalho a todo custo, mesmo que a preços baixíssimos.

Heidemann (2004) explicita como esta problemática se relaciona à questão migratória.

Só podemos pensar o mundo contemporâneo dos migrantes e refugiados tendo como referência a crise do sistema global de economia de mercado. (...) No núcleo desse processo de crise, encontram-se a dissolução da substância real (produtora de valor real) do trabalho capitalista no bojo da terceira revolução industrial. (...) O ponto de partida da reflexão sobre a mobilização generalizada, migrações, restrições e resistências deve ser a longa história coercitiva e sangrenta da

imposição do moderno sistema produtor de mercadorias. O ponto de chegada é sua crise fundamental contemporânea. (HEIDEMANN, 2004, pp. 26-27)

Localiza, dessa forma, o sujeito sujeitado mobilizado pelo trabalho no centro da moderna sociedade produtora de mercadorias: “Ser migrante não é nenhuma condição humana ontológica de um suposto *homo migrans*. (...) é apenas a sociedade moderna que se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções do trabalho” (HEIDEMANN, 2004, pp. 27-28).

Migrar, e nesse sentido mobilizar a força de trabalho, é também dado do trabalho abstrato, pois é indiferente ao conteúdo e ao local do trabalho realizado. “(...) a mobilização baseia-se, antes de tudo, na indiferença, igualmente moderna, do migrante ao conteúdo e ao local de seu trabalho. Daí a razão de os limites dessa mobilidade serem essencialmente oriundos das consequências da concorrência” (HEIDEMANN, 2004, pp. 28-29).

Pensar a crise do trabalho é pensar também a crise do universo masculino. Pensar, portanto, a migração feminina neste contexto adquire outra dimensão. Fala-se na feminização dos fluxos migratórios; não se trata de uma coincidência, nos termos deste asselvajamento, mas das formas do seu próprio processo, colocando a mulher no universo do trabalho precarizado. A migração feminina, a partir das costureiras bolivianas, se caracterizaria assim como um momento deste asselvajamento.

(...) O patriarcado não é abolido, mas passa por um asselvajamento na crise inconfessa da sociedade do trabalho. Na mesma medida em que o sistema produtor de mercadorias entra em colapso, as mulheres tornam-se responsáveis pela sobrevivência em todos os níveis, enquanto o mundo “masculino” prolonga simuladamente as categorias da sociedade do trabalho. (GRUPO KRISIS, 2007, pp. 104-105)

Entendemos que existe uma relação entre precarização e concorrência, em que a tentativa é pagar cada vez menos pela força de trabalho. Se não é possível fazer isso por meio da mecanização, faz-se pela precarização do trabalho: extensão das jornadas, uso de trabalho imigrante, informalidade. No caso do setor de confecção, a concorrência é forçada pelos preços baixíssimos do mercado asiático. Em um setor que não consegue substituir o trabalhador pela máquina, a exigência é reduzir o custo da mão-de-obra para alcançar os níveis globais da concorrência.

Neste quadro, as mulheres tomam ainda uma responsabilidade tripla: assumem as máquinas cujo pagamento é mais baixo; realizam o trabalho doméstico *necessário* à realização do trabalho de costura; cuidam da família e dos filhos, independente da presença masculina, aumentando sua carga diária de trabalho. Nisso se constitui o *asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias*: num contexto de precarização e crise do trabalho, a condição mais crítica cabe à mulher. A migração feminina e, particularmente, a boliviana, se torna assim um momento concreto deste

asselvajamento, em que à mulher já não basta o papel de dissociada em seu próprio país, mas passa a ter de exercer a reprodução desta sociedade em colapso como migrante, o que a torna mais vulnerável, em condições de trabalho extremamente precarizadas, trabalhando mais e recebendo menos.

Estas duas obrigações colocadas sobre a mulher na modernidade assumem, como já indicado, suas formas particulares na trajetória e no cotidiano das imigrantes aqui entrevistadas. “Contrariamente ao velho ideal da dona de casa, as mulheres ora individualizadas são consideradas 'duplamente socializadas', ou seja, responsáveis tanto pela família como pela profissão” (SCHOLZ, 2004, p. 2). Na hierarquia das oficinas de costura, isso significa uma condição mais precária para estas mulheres: em um contexto de remuneração por produtividade, o tempo dedicado às atividades de reprodução é tempo perdido de trabalho abstrato e se constitui como precarização.

Os argumentos desenvolvidos pelo Grupo Krisis, por Kurz (2005) e por Heidemann (2010) indicam, após a terceira revolução industrial, na era chamada por Scholz (2004) de globalização, uma crise do trabalho e da valorização tautológica do valor, pela substituição do trabalho humano por máquinas. Como indica Gaudemar (1977), a força de trabalho tem como característica particular ser a única mercadoria capaz de produzir outras mercadorias ou, em outras palavras, valor. Esta a crise é uma crise fundamental do sistema produtor de mercadorias, que encontra os limites da sua reprodução.

Assim, é também uma crise do valor-dissociação como *princípio estrutural geral*. Esta crise não aponta a sua superação, mas o aprofundamento das suas contradições na forma de *asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias*: “(...) o patriarcado da estrutura do valor-dissociação não desaparece na era da globalização, mas apenas se asselvaja, à medida que as instituições que são o trabalho e a família começam a dissolver-se, no âmbito de um processo de crise fundamental” (SCHOLZ, 2004, p. 2).

É no contexto deste asselvajamento do patriarcado que encontramos a migração feminina em expansão, aprofundando a sua “dupla socialização” e a precarização do seu lugar no universo do valor e do trabalho abstrato, associada à obrigatoriedade sobre o cuidado familiar e o trabalho doméstico.

CAPÍTULO II

TRABALHO FEMININO NAS OFICINAS DE COSTURA

Como discutimos no capítulo anterior, a chamada feminização do fluxo migratório de bolivianos compreende não apenas o aumento do número de mulheres, mas a inserção sexualmente particular na sociedade de destino, neste caso nas oficinas de costura da indústria de confecção de São Paulo.

Na conversa coletiva da qual participaram V. e L., foi dito que, nas oficinas, como não há regulamento interno, não há garantia de direitos para mulheres grávidas, que continuam trabalhando. Como o pagamento é por peça, as mulheres recebem menos, pois tem que usar seu tempo para cuidar dos filhos, da limpeza e da cozinha; inclusive, muitas mulheres escolhem trabalhar naquelas máquinas mais fáceis, e que pagam menos (overloque, galoneira), porque assim tem mais tempo para cuidar dos filhos e da casa. Suas maiores dificuldades são: donos de oficinas não permitem que os filhos fiquem no espaço da oficina, então eles ficam trancados no quarto o que, além de insalubre, pode ser perigoso; não conseguem trabalhar e cuidar da família ao mesmo tempo; não tem ajuda da polícia, porque as leis não estão preparadas para as mulheres; violência no lugar de trabalho; as mulheres tem muito trabalho com os filhos, com a limpeza e a cozinha.

Com base na pesquisa de Barbosa, Galhera e Veiga (2013), além do trabalho de campo realizado, conseguimos definir esta inserção *dissociada* em alguns aspectos, principalmente no que se refere ao acesso ao dinheiro. Nas oficinas, há diversas máquinas diferentes e, num regime de ganho salarial por peça produzida, há uma variação na remuneração para cada uma das máquinas. No caso das mulheres, é comum que sejam delegadas aos postos de menor ganho por peça produzida, como o overloque (Barbosa, Galhera e Veiga, 2013). Além disso, no mesmo regime de pagamento por produtividade, ganha mais quem trabalha mais horas; como as mulheres precisam liberar tempo de trabalho para as atividades domésticas e para o cuidado com os filhos, seu acesso ao dinheiro é limitado também neste sentido, o que remete à dissociação de gênero no universo do valor. Essa condição *dissociada* das mulheres bolivianas aparece inclusive no fato de não serem donas de oficina a não ser como mulheres casadas.

Além disso, está a obrigação destas mulheres sobre o trabalho doméstico e as atividades de reprodução como tarefas essencialmente femininas. Aqui, é preciso diferenciar o trabalho doméstico não remunerado, tratado como tarefas de responsabilidade da mulher, e o trabalho doméstico pago, que é o posto de menor remuneração em todas as oficinas de costura.

Nossa intenção é elaborar caminhos para pensar contradições de gênero que o processo de produção da indústria de confecção paulistana acaba por esconder. Apresentamos, a seguir, com

foco nas condições de trabalho das mulheres imigrantes nestas oficinas de costura, uma dissociação que se manifesta como *restrição* no acesso ao dinheiro e ao trabalho. Se, no primeiro capítulo, destacamos formas de violência extra econômica, aqui tratamos de expor a violência econômica a que elas estão expostas *como mulheres*, de acordo com a formulação de Marx (1983).

1. A teoria da dissociação-valor e a divisão sexual do trabalho

G. é de La Paz, tem 21 anos e desde os 17 está em São Paulo. De sua família, vieram primeiro seu irmão e sua irmã mais velhos, por influência de vizinhos que já haviam ido a São Paulo trabalhar na costura. Os irmãos foram trabalhar na mesma oficina, de donos coreanos, onde ele começou já como aprendiz de costureiro e ela como cozinheira. Na Bolívia, o pai de G. trabalhava como gráfico e a mãe como dona de casa, e quiseram migrar pouco tempo depois. Segundo G., “não faltava trabalho, trabalho tinha, mas o preço das coisas subia muito”.

Enquanto isso, com o dinheiro que haviam guardado os irmãos mais velhos compram algumas máquinas de costura e, quando chegam os pais e as duas irmãs mais novas, toda a família se muda a um quarto de cortiço no Bom Retiro, na zona central da metrópole, onde alojavam tanto as máquinas quanto as camas. A cozinha era compartilhada com as famílias dos outros quartos, cada uma trabalhando em sua própria oficina. Conta G. que por muito tempo ela e a irmã mais nova dividiram cama, porque no pequeno quarto não havia espaço para todas as camas. Nessa época, a mãe realiza o trabalho doméstico da casa, com ajuda de G. Assim se configura o projeto familiar: dois imigrantes pioneiros conseguem trabalho e um pouco de dinheiro e, quando possível, trazem o resto da família que ficou na origem, para que todos trabalhem juntos por condições melhores.

Depois de algum tempo (G. se confunde com o tempo, não sabe bem quanto tempo passou ou quanto faz que as coisas aconteceram), a irmã mais velha sai para trabalhar fora da oficina familiar e logo consegue um emprego também para G. como ajudante de uma loja de roupas de donos coreanos, no mesmo bairro. Ela começa a trabalhar sem Carteira de Trabalho e se sentia “muito explorada”, inclusive mais que os brasileiros que trabalhavam no mesmo lugar. Segundo ela, foi nessa época que aprendeu “a reclamar, a não ficar calada como nós bolivianas estamos acostumadas”. Reclamando, conseguiu se regularizar. Chegava em casa 17h30 e seguia ajudando a família na costura.

Sobre os horários de trabalho na oficina, G. diz que sempre foram decisão da família, mas há que cumprir os prazos dos pedidos. Segundo ela, “isso nunca foi difícil porque meu irmão é muito bom, é muito rápido, por isso nunca deixamos de cumprir um prazo”. Quando a família

consegue juntar dinheiro, decidem sair do cortiço; tentam primeiro manter-se no bairro mas, por causa dos altos preços do aluguel, se mudam para o bairro de Cangaíba na zona norte da cidade de São Paulo. A irmã mais velha se casou com um imigrante boliviano, enquanto continuam vivendo com G., na mesma casa, o irmão mais velho, a irmã mais nova e os pais, onde mantêm a oficina de trabalho familiar.

G. atualmente trabalha em uma fábrica de tecidos no bairro da Mooca, na zona leste, de donos brasileiros e bolivianos, e ajuda na costura quando há necessidade. Seu plano de futuro é terminar o colegial, que deixou de completar na Bolívia, e estudar fisioterapia como profissão.

A teoria do valor-dissociação, conforme desenvolvida por Roswitha Scholz (2000, 2004), é extremamente complexa e implica em uma crítica profunda da sociedade produtora de mercadorias nos termos do patriarcado, colocando a questão de gênero no centro do debate da crítica do valor. Esta teoria, que revisa e aprofunda as principais correntes marxistas, entende que é “(...) o valor, o trabalho abstrato, isto é, o fetichismo da mercadoria, o que configura o verdadeiro escândalo da socialização capitalista” (SCHOLZ, 2004, pp. 1-2). Este *fetichismo* é definido por Marx (1983) no primeiro capítulo de *O Capital*:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (...) determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 1983, p. 71)

Este princípio social do fetichismo refere-se ao movimento tautológico de autovalorização do valor através do trabalho, daí a sua crítica. Para Scholz (2004), isto ainda não é suficiente: “Segundo a teoria do valor-dissociação, para se obter uma concepção da relação social total também tem de ser tidas em conta as atividades de reprodução femininas, bem como os sentimentos, qualidades e atitudes a elas ligados ou associados que afinal – esta a tese – são dissociados do valor” (SCHOLZ, 2004, p. 2).

Não é que Marx (1983) não tenha nunca, em seus escritos, considerado a desigualdade de gênero como realidade empírica da sociedade capitalista. No ensaio *Sobre o suicídio* (2006), elaborado a partir das memórias de Jacques Peuchet, diretor dos arquivos de polícia de Paris, Marx (2006) entende o suicídio como uma das formas de opressão da sociedade burguesa, que atinge pessoas de todas as classes. O autor analisa de perto quatro casos de suicídio, do qual três são mulheres, esclarecendo as condições de controle familiar e conjugal que as colocaram em uma

situação de tamanho desespero.

No entanto, a crítica de Scholz (2000, 2004) não é que Marx jamais *tematizara* a problemática de gênero, mas a centralidade desta como princípio estrutural geral na forma dialética do valor-dissociação. As categorias do valor, como o trabalho e o dinheiro, correspondem ao masculino e às suas características: racionalidade, produtividade e a lógica do tempo abstrato. Enquanto isso, associados à mulher estão as atividades de reprodução, o sentimentalismo, o “amor” e a lógica de “perder tempo”, *dissociadas* do universo do valor. Esta *dissociação* se opõe ao valor de forma dialética como a sua contradição interna: “Não existe entre ambos qualquer hierarquia de dedução, ambos os momentos provem um do outro, um está contido no outro, sendo que a dissociação se subtrai às categorias econômicas” (SCHOLZ, 2004, p. 2). Por isso, é necessário considerar a dimensão sócio-psicológica e a dimensão cultural-simbólica da dissociação.

Portanto, segundo a autora, existe uma esfera “dissociada”, mediada dialeticamente com o valor, em que cada uma é sexualmente determinada. Assim, tudo aquilo que se remete ao universo do valor – trabalho, dinheiro etc. – é também masculino; tudo o que não compõe esta esfera, estando dela dissociado, como as atividades de reprodução e os seus conteúdos, é do âmbito do feminino. No entanto, o valor e o seu dissociado constituem, juntos, de forma dialética, a relação social total.

Nas atividades dissociadas, que não em último lugar compreendem também o afeto, a assistência e os cuidados aos doentes e incapazes, bem como o erotismo, a sexualidade e o “amor”, incluem-se ainda os sentimentos, as emoções e as posturas que são contrapostos à racionalidade da ‘economia empresarial’ no domínio do trabalho abstrato, e que se opõem à categoria trabalho (...). O valor, o trabalho abstrato, “a lógica de poupar tempo” e o mercado, que funcionam segundo o ponto de vista da rentabilidade, da concorrência e do lucro, precisam do seu Outro, o “trabalho doméstico”, no caso do qual se trata de gastar tempo, e das mulheres, às quais são atribuídas qualidades opostas às dos homens. A construção da masculinidade e da feminilidade em sentido moderno e a constituição do trabalho abstrato e do trabalho doméstico condicionam-se assim necessariamente uma à outra. (...) Trata-se, sim, de aguentar a tensão entre essência e aparência (as mulheres também desempenham atividades profissionais não correspondentes a atividades específicas das mulheres) e torná-la frutuosa na pesquisa do inconsciente social androcêntrico. (SCHOLZ, 2000, p. 17)

Ainda, para evitar uma confusão comum, destacamos dois momentos dos textos de Roswitha Scholz: o *valor-dissociação*, enquanto princípio estrutural geral aqui descrito, que define e hierarquiza atividades femininas e masculinas a partir das categorias do valor e daquelas que lhe são dissociadas e a *teoria do valor-dissociação*, que inclui a teorização e a crítica dialética deste princípio.

A autora também indica que as formas concretas da dissociação podem variar historicamente. A migração feminina também pode se encaixar nesta chave, como uma forma concreta da dissociação. Como indicamos acima, estas formas concretas do valor-dissociação podem ser pensadas em *simultaneidade*, em que não há superação, mas formas concretas particulares de um mesmo princípio estrutural que podem, como define a própria Scholz (2004), até contradizê-lo.

Isto define, nos termos da crítica do valor, por que o trabalho doméstico e o cuidado familiar caem na responsabilidade das mulheres. Para a migração feminina, isto é de extrema importância porque a) muitas mulheres migram para assumir trabalhos como empregadas domésticas, babás e outros e b) afeta fundamentalmente a configuração familiar, já que é apenas quando a mulher migra que o cuidado com os filhos, por exemplo, entra em jogo (em oposição à migração exclusivamente masculina).

No *Manifesto contra o trabalho* aparecem ainda questões de gênero que nos interessam bastante. Em primeiro lugar, é colocada em destaque a responsabilidade da mulher sobre a esfera cindida da intimidade; em segundo lugar, que a luta das mulheres por trabalho não é uma luta emancipadora (pra não dizer luta do feminismo branco de classe alta, já que as outras mulheres sempre trabalharam), e seu resultado não foi outro que a dupla socialização; em terceiro lugar, o asselvajamento do patriarcado na crise do trabalho.

No século XX, em especial nas democracias fordistas do pós-guerra, as mulheres foram cada vez mais integradas no sistema de trabalho, mas o resultado disso foi apenas a consciência feminina esquizoide. Pois, de um lado, o avanço das mulheres na esfera de trabalho não poderia trazer nenhuma libertação, mas apenas o ajuste ao deus-trabalho, como entre os homens. De outro lado, persistiu incólume a estrutura de “cisão”, e assim também as esferas das atividades ditas “femininas”, externas ao trabalho oficial. As mulheres foram submetidas, desta maneira, à carga dupla e, ao mesmo tempo, expostas a imperativos sociais totalmente antagônicos. Dentro da esfera do trabalho, elas ficaram, até hoje, na sua grande maioria, em posições mal pagas e subalternas. Nenhuma luta, inerente ao sistema, por cotas femininas de carreira e oportunidades pode mudar alguma coisa disso. A visão burguesa miserável de “unificação da profissão e família” deixa totalmente intocada a separação de esferas do sistema produtor de mercadorias, e com isso também a estrutura de “cisão” de gênero. (GRUPO KRISIS, 2007, p. 104)

Aqui podemos nos remeter a Gaudemar (1977), que aponta (ainda que de forma acrítica), no processo de mobilização para o trabalho, o uso do trabalho feminino deliberadamente como mão-de-obra barata: “Quando o capital se apoderou da máquina, gritou: trabalho às mulheres e às crianças” (p. 242). Podemos pensar também o trabalho feminino de forma geral, como trabalho ao que este princípio geral da socialização permite pagar menos. Assim, chegamos às mulheres

bolivianas, que realizam o trabalho doméstico além de ter os trabalhos considerados inferiores dentro das oficinas de costura.

O trabalho feminino e a responsabilidade da mulher sobre a esfera das atividades de reprodução (ou trabalho doméstico) são questões colocadas em debate já na década de 1970, especialmente na França, onde o conceito de divisão sexual do trabalho foi resgatado e ampliado. Assim, “as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto profissional” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 597). Reconhecemos a enorme importância do debate colocado na época e dos conceitos elaborados pelas autoras que debateremos a seguir. Aqui, temos a intenção de pensar de que forma a teoria do valor-dissociação pode ampliar e aprofundar a reflexão teórica sobre a inserção da mulher no universo do valor, do trabalho e do dinheiro.

O conceito de divisão sexual do trabalho designa a “divisão do trabalho social *decorrente* das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2000, grifo nosso), a partir de dois princípios organizadores: o princípio de separação, que define trabalhos “de homem” e “de mulher” e o princípio de hierarquia, que determina que os trabalhos masculinos tenham maior remuneração e reconhecimento. “Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599).

Destacamos que, segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho é *decorrente* das relações de gênero, e não a relação *em si*. A teoria do valor-dissociação, por outro lado, propõe a relação assimétrica entre os gêneros como *princípio estrutural*, como totalidade de um patriarcado produtor de mercadorias. A dissociação, que pode ser ampliada para a discriminação racial, é uma *relação social total*, e não consequência de uma relação anterior.

Mais que isso, a crítica ao trabalho que fundamenta a teoria da dissociação-valor nos previne de fazer uma ontologia tanto do trabalho como do patriarcado. Quando se afirma que a divisão social do trabalho existe *desde sempre e para sempre*, com formas que variam no tempo e no espaço, afirma-se em decorrência que o trabalho é também categoria a-histórica, assim como o patriarcado. No entanto, é preciso localizar a análise dentro da modernidade; não significa que em outras épocas não houve dominação do homem sobre a mulher, mas que as categorias do trabalho abstrato e do valor constituem um patriarcado produtor de mercadorias que é próprio da modernidade, que passa pela dissociação da mulher da esfera do valor. Fazer análises trans-históricas a partir de categorias formadas na modernidade e que a constituem intrinsecamente retira a sua potência crítica ao anular as particularidades das mesmas categorias, relevando a sua formação histórica.

Podemos pensar, portanto, que a divisão sexual do trabalho está contida na dissociação-valor, como uma de suas formas concretas. A inserção inferiorizada que as mulheres tem nas oficinas de costura pode ser lida através dos princípios de separação e hierarquia; o primeiro indica a obrigatoriedade com relação ao trabalho doméstico e, o segundo, a limitação que elas têm em comparação com os homens no acesso ao salário e ao dinheiro. Localizam-se assim momentos, formas concretas do valor-dissociação como princípio estrutural geral. A limitação destas mulheres no que diz respeito ao acesso ao dinheiro corresponde à sua condição de *dissociadas* em relação ao universo do valor.

Esta relação pode, em algum momento, se inverter. É o que acontece em Corumbá (MS) onde, segundo Peres (2013), as mulheres bolivianas desenvolvem atividades de comércio por que esta é considerada, na Bolívia, inferior e, portanto, feminina. No entanto, ganham mais que os homens migrantes no mesmo contexto, que se inserem em setores como a construção civil e, por essa condição, os mesmos homens passam a trabalhar no comércio. Neste caso, a própria dissociação se inverte e cria, em novo contexto, um maior acesso ao dinheiro por parte, justamente, das mulheres. Por isso não prescinde Scholz (2000, 2004) do alerta de que o valor-dissociação se manifesta particularmente e assim precisa ser compreendido.

Por outro lado, as autoras propõem que há duas acepções do conceito: uma primeira, descritiva, e outra, que se preocupa com a análise estrutural e sistemática das desigualdades de gênero, reivindicado pelas autoras como potência crítica do conceito. A partir deste entendimento, preocupadas em pensar a realidade atual, as autoras elencam novas configurações da divisão sexual do trabalho, das quais destacamos duas.

A primeira delas é chamada de “nomadismos sexuados”, decorrentes da precarização e flexibilização do trabalho. Segundo elas, cabe às mulheres o nomadismo no tempo, ou seja, a extensão da jornada de trabalho na forma da dupla socialização; aos homens cabe o nomadismo no espaço, a migração. Em primeiro lugar, advertimos que o conceito de mobilidade do trabalho dá um corpo firme para a análise destes “nomadismos”: Gaudemar (1977) considera que esta mobilidade pode ser espacial ou temporal da mesma forma que as autoras, mas que são características intrínsecas da força de trabalho enquanto mercadoria e, mais ainda, necessárias à sua reprodução. Além disso, marcamos que a mobilidade no tempo e no espaço é característica de ambos os gêneros. A migração, como a extensão da jornada acontece também para homens e mulheres; pensando os migrantes bolivianos, no caso dos homens, na forma de trabalho remunerado e, das mulheres, tanto como trabalho remunerado como trabalho doméstico não pago. Entendemos, desta forma, que a mobilidade do trabalho, em todas as suas formas, é dado da força de trabalho de todos

os gêneros, mas se manifesta particularmente para cada um deles, de forma mais acirrada para a mulher.

A segunda é a chamada “priorização do trabalho feminino”, em que aumentam os dados de trabalho feminino em diversos indicadores. A discussão aqui poderia ser mais extensa, tocando na presença da mulher no mercado de trabalho e na sua formação crescente, mas nos atemos a outro argumento possível: em um contexto de crise, em que é necessário pagar cada vez menos pelo trabalho, uma procura maior pelo trabalho feminino pode se explicar pelo fato de que é um trabalho considerado “de menor valor”, pelo qual é socialmente aceito pagar menos por uma questão de gênero. Principalmente para o caso que apontam as autoras, cargos de comando e alta qualificação em grandes empresas. O que não deixa de se aliar, contraditoriamente, a formas que se opõe à dissociação (autonomia feminina, participação da mulher na esfera pública).

De todo modo, quando pensada desde o ponto de vista do valor-dissociação como princípio estrutural geral, é possível localizar esta inserção particular feminina no cerne das contradições da própria reprodução capitalista. Abre-se a possibilidade de compreendê-la no âmago de um processo de crise que se traduz como *asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias*.

2. Trabalho doméstico nas oficinas de costura

Se queremos pensar as particularidades da migração feminina, especialmente a boliviana, é necessário olhar para o trabalho doméstico, remunerado ou não. O dizemos desta forma porque muitas mulheres migrantes encontram como ocupação na sociedade de destino o trabalho doméstico e / ou familiar (p. ex. empregadas domésticas, diaristas, babás) mas, no caso das bolivianas, estas além de trabalhar remuneradamente como empregadas domésticas nas oficinas, muitas vezes realizam este trabalho de forma não paga, porque se considera sua obrigação como mulher, devido à condição de morar na própria oficina.

Sidney Silva (1997) já havia destacado que “as mulheres que se dedicam ao serviço doméstico enfrentam sérios problemas, seja no país de origem ou no exterior” (SILVA, 1997, p. 95). Comenta, mais adiante, que “tal realidade [a superexploração do trabalho] não é enfrentada apenas pelos costureiros, mas pode ser extensiva também às mulheres que trabalham no serviço doméstico” (SILVA, 1997, p. 134). Não é a toa que, na pesquisa, encontramos mais de um relato de mulheres migrantes às quais cabe o trabalho doméstico (não remunerado) nas oficinas de costura, como destaca Silva (1997):

Outro fator que limita ainda mais o tempo de lazer desses trabalhadores, é que eles devem lavar a própria roupa de trabalho, como também ajudar na limpeza do local

de trabalho. No caso das mulheres, o trabalho é ainda maior, porque elas devem ajudar nas tarefas de cozinha, lavando a louça, que em geral não é pouca, posto que o número de pessoas que vivem e trabalham nessas oficinas é grande. Para as casadas com filhos, a situação é ainda pior, pois em suas mãos está a administração da cozinha, o que significa a compra e a preparação dos alimentos, além do cuidado dos filhos, da roupa e outras responsabilidades. (SILVA, 1997, p. 143)

Em Freitas (2013), aparece o depoimento de Suzana, migrante boliviana que esteve em São Paulo e retornou à Bolívia para cuidar de seu filho:

“Pela manhã, às 6h, saía a levantar. E tinha que colocar o café da manhã para os trabalhadores. Daí, desde as 7h, começamos a trabalhar: eu tinha que desenredar os fios porque era ajudante de costura. Desde as 10h, fazia o almoço e, depois, cozinhava até as 12h, almoçava e, às 13h, voltava a trabalhar como ajudante de costura. E, depois, às 18h, servia chá e tinha que voltar, de novo, e somente depois descansava. Era muito trabalho. E, ainda, tinha que limpar a oficina de costura e para a sua filha [filha da dona] tinha que lavar roupa (...)”. (FREITAS, 2013, p. 537)

Desta trajetória de migração, é interessante destacar que Suzana veio a São Paulo junto com seu marido, deixando o filho na Bolívia aos cuidados de um tio; quando o casal decide pelo retorno em função dos cuidados com o filho, quem retorna é a mulher e não o homem, que continua em São Paulo trabalhando. Por isso ressalta-se tanto a importância do estudo da família como particularidade da migração feminina; o conceito do valor-dissociação, que localiza os cuidados familiares como uma das atividades dissociadas, relacionadas à lógica de “perder tempo”, nos ajuda a refletir porque estas responsabilidades caem sobre estas mulheres e marcam particularmente a migração feminina, sem serem sequer mencionadas quando se discute a mobilidade masculina ou *neutra*.

O que nossa pesquisa dos últimos permitiu identificar é a presença de dois tipos diferentes de oficinas de costura: pequenas oficinas de grupos familiares, em que trabalham os parentes próximos e oficinas “proprietárias”, com donos que contratam e pagam trabalhadores, muitas vezes agenciando a sua vinda da Bolívia. Para cada tipo de oficina, há uma forma particular de trabalho doméstico.

Em oficinas menores, se não há ajudante que faça o trabalho doméstico, as mulheres costureiras se dividem entre cozinha e limpeza, sem remuneração, retirando-as do trabalho de costura. Em oficinas maiores, é contratada uma imigrante como empregada, apenas para o trabalho doméstico nas áreas comuns. Nos dormitórios, a responsabilidade recai sobre as mulheres que os ocupam. Quando conversamos com C. X., ela estranhou a pergunta sobre quem fazia a limpeza da oficina, tratando o assunto como algo óbvio: onde ela trabalha, com mais 17 pessoas, há uma mulher responsável pelo cuidado doméstico com a oficina, enquanto a limpeza dos quartos é feita

de acordo com o ocupante. No caso de G., na oficina de sua família, a responsável pela cozinha e a limpeza era sua mãe, com ajuda das filhas. Retomando a questão dos silêncios da entrevista, aparece a naturalização do caráter feminino do trabalho doméstico quando o fato nem sequer é mencionado; a G. não lhe ocorre explicitar que a responsabilidade do cuidado da casa caía sobre sua mãe porque não vê isso como algo fora do ordinário, digno de menção. No caso das pequenas oficinas familiares, como é o caso de G., quando morou com sua família no Bom Retiro, o trabalho doméstico cabe à mãe, com ajuda das filhas. É o que aparece na sua fala., quando conta das dificuldades de fazer o almoço, em que se refere apenas à mãe e a si mesma.

Atualmente, S. está na mesma situação e é responsável pelo trabalho doméstico de seu grupo familiar, que inclui não só as atividades de cozinha e limpeza, mas compras de supermercado e feira, por exemplo. Porém, S. já esteve na situação contrária: ao chegar à metrópole paulistana, em 2000, começou trabalhando em oficina de costura, mas como cozinheira, assim como a irmã de G. Em oficinas com donos, estruturadas mais como negócio do que como trabalho autônomo familiar, é comum que se encontrem mulheres contratadas como empregadas domésticas, responsáveis por tarefas de cozinha e limpeza. Em alguns casos, para estas oficinas “proprietárias” pequenas, o trabalho doméstico cabe à mulher sem ser remunerado.

Segundo C. A., funcionária do CAMI, o homem que chega a São Paulo sem experiência no trabalho da costura assume o cargo de ajudante e em pouco tempo se torna costureiro. A mulher, como ajudante, trabalha apenas metade do tempo na costura e se ocupa com a cozinha e a limpeza, cargo de menor remuneração em toda a oficina. Portanto, demora muito mais tempo para aprender o ofício e assumir uma máquina, onde tem a possibilidade de aumentar seu ganho. A trajetória dos irmãos de G. é exemplar nesse sentido; entre um homem e uma mulher que chegam a uma nova oficina, o homem, neste caso o irmão de G., é imediatamente colocado frente à máquina de costura, enquanto a mulher, a irmã, é colocada no trabalho doméstico e vai, aos poucos, adquirindo experiência como costureira. Hoje, G. diz que seu irmão é muito rápido na costura; nos perguntamos se não será pelo tempo a mais que teve para se dedicar à costura, sem exigência de realizar trabalho doméstico, como aprendiz ou depois. Entretanto, este não é o caso de todas as mulheres; C. B., por exemplo, afirma que já chegou trabalhando como costureira. Mas é uma particularidade da trajetória de migração feminina dentro do setor de confecção.

Marcela Dias, analisando a formação do emprego doméstico no Brasil, tem um argumento importante ao localizá-lo no interior do modo de produção capitalista, e não fora dele, como fizeram certos autores (cf. DIAS, 2013, pp. 31-32). Buscando os conteúdos da sua precariedade, a autora chega às categorias de trabalho produtivo e improdutivo, apontando que a “improdutividade aparece

como uma característica marcante da conotação negativa do emprego doméstico” (DIAS, 2013, p. 33).

Segundo a autora, Kurz (2002) tira a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo do plano moral, como fizeram as feministas que reivindicavam a “produtividade” do trabalho doméstico como forma de dar-lhe importância, e traz o debate para o plano categorial, preocupando-se com a capacidade do trabalho de produzir ou não valor. A partir daí, o autor dá um salto:

Dessa forma, Kurz argumenta que a questão da definição do que seja um trabalho produtivo e improdutivo deve ser analisada em outro nível: a partir da consideração de que, se determinada forma de trabalho contribui para o impulsionamento da reprodução capitalista no seu saldo global, ou se se constitui como um custo que não retorna à acumulação capitalista. (DIAS, 2013, p. 34)

A discussão que se coloca para a autora, a partir daí, já superada uma pretensa hierarquia entre trabalho produtivo e improdutivo, é pensar a importância do segundo para a reprodução capitalista, não obstante a centralidade do primeiro, ao mesmo tempo em que se desenrola a crise de uma tal reprodução. Assim, a autora chega ao questionamento sobre as mudanças que pode sofrer o trabalho doméstico no desenrolar desta crise, retomando o problema central desta pesquisa: se este sistema produtor de mercadorias está em crise, está em crise também a relação de gênero que ele exige. Nas oficinas de costura, o cuidado com as crianças, com a cozinha e com a limpeza das áreas comuns é necessariamente feminino: “o emprego doméstico se constitui enquanto uma ocupação cujas próprias atribuições são consideradas quase que naturalmente femininas” (DIAS, 2013, p. 38).

Como afirma Dr. Francisco, o trabalho doméstico quem faz é a mulher, “isso não tem nem discussão”. Isto não passa despercebido por uma análise pela teoria do valor-dissociação. Remunerado ou não, o trabalho doméstico cai sempre na responsabilidade da mulher, que ou acumula tarefas ou realiza o trabalho mais mal-pago da oficina. Como afirmamos, para Roswitha Scholz (2000, 2004), faz parte do valor- dissociação como princípio estrutural geral o reconhecimento destas atividades como essencialmente femininas; cabe a nós fazer a crítica desta *essencialidade*, já que não há mulher *essencial*, como não há migrante *essencial*. Há uma formação histórica das relações de gênero na modernidade que se configura particularmente desta forma a partir do fetichismo como nexos das relações sociais de uma tal sociedade produtora de mercadorias.

Como vimos, há uma diferenciação entre o trabalho doméstico remunerado ou não. Por um lado, é considerado um trabalho “de mulher” dentro dos termos já expostos aqui; por outro, a partir do momento em que há remuneração, é preciso pensar se torna-se trabalho abstrato indiferenciado. A questão central não é a presença ou não de salário, mas o fato de que a remuneração das atividades domésticas as coloca em relação de troca, diferente de quando não são remuneradas. Esta

mediação da troca pelo dinheiro, equivalente geral das mercadorias, pressupõe a venda de força de trabalho, de dispêndio de energia humana contabilizado em horas de trabalho. Colocadas estas atividades numa relação de troca assim definida, abstraem-se suas qualidades, nos termos definidos acima na citação de Marx (1983). Não é a remuneração que impõe a mudança da qualidade do trabalho doméstico mas, antes, uma mudança no sentido da relação em que estas atividades domésticas acontecem que determina a sua abstração.

As mulheres trabalham mais se considerado o trabalho doméstico, ou seja, precisam equilibrar trabalho produtivo e reprodutivo. As atividades domésticas, consideradas inferiores por serem femininas, são naturalizadas e não consideradas como trabalho. São menos ou não remuneradas. Assim, as mulheres ganham menos, também pelos fatores: ter filho, ser de áreas rurais, solteiras ou divorciadas, ser mais novas (Barbosa, Galhera e Veiga, 2013). A divisão sexual do trabalho cria uma hierarquia de gênero na esfera produtiva: mulheres em condições inferiores no trabalho produtivo, menos oportunidade de aprender a usar as máquinas, realizando atividades menos remuneradas. Além disso, se as mulheres chegam depois dos homens, eles tem mais tempo para praticar a costura.

No que toca à relação entre os sexos num sentido mais restrito, o modelo dualista dos sexos está hoje ultrapassado; mas, para o recordar mais uma vez: as actividades associadas à reprodução, por exemplo, continuam a ser primariamente o domínio das mulheres, não obstante a sua actividade profissional paralela. As mulheres já não se limitam a ser esposas, donas de casa e mães, nem os homens já são os únicos a sustentar a família. Como "duplamente socializadas", também as mulheres estão sujeitas às tendências de individualização pós-modernas. (SCHOLZ, 2004, p. 9)

Abreu (1993) indica a contradição entre o trabalho abstrato e o trabalho doméstico no cotidiano das mulheres brasileiras trabalhadoras na costura; cada um como condição e negação do outro. O relato não é diferente das trajetórias de S. ou C. B., que conjugam o trabalho na costura com o cuidado com os filhos e o trabalho doméstico; ambas destacam, inclusive, *buscar as crianças na escola* como uma marca do seu cotidiano atual: S. leva e busca as filhas na escola, o que lhe ocupa tempo, enquanto C. B. usa parte significativa de seu salário para pagar uma perua para levar e trazer sua filha da escola. Roswitha Scholz (2000, 2004) afirma que o trabalho abstrato e o doméstico tem *qualidades diferentes* e, a partir daí, a distinção precisa ser levada em consideração. O trabalho abstrato é definido por Marx (1983):

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas destes trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1983, p. 47)

Para Scholz (2000, 2004), o trabalho doméstico exige características como o afeto, o cuidado e a emocionalidade que são atribuídos à mulher no contexto do valor-dissociação. As atividades feitas na casa e para a reprodução da família passam a ter outra *qualidade*, diferente daquela abstração comentada por Marx (1983), pois não desaparece aí o caráter útil do produto do trabalho a partir de uma relação de troca.

Compreendemos assim que os dois conceitos não se diferenciam apenas por uma questão de ganho salarial, mas que essa disparidade entre atividades domésticas remuneradas ou não esconde uma contradição mais profunda. Caracteriza-se, por um lado, o trabalho abstrato, tornado *gelatina de trabalho humano indiferenciado* (Marx, 1983). Por outro, atividades domésticas que carregam características *essencialmente femininas* e, ainda assim, são fundamentais para a reprodução crítica do valor, ainda que lhe estejam dissociadas.

É por isso que Scholz (2004), em lugar do conceito de “dupla jornada” discute a “dupla socialização” como nova forma do valor-dissociação pós terceira revolução industrial, diferenciando a responsabilidade sobre o cuidado doméstico e familiar do trabalho abstrato, confusão que estaria pressuposta na chamada “dupla jornada”.

Não conseguimos, aqui, resolver ou esgotar a diferenciação entre trabalho abstrato e atividades domésticas de reprodução. Ainda assim entendemos que, no contexto de um patriarcado produtor de mercadorias, é preciso discernir suas formas. No caso das oficinas de costura, a realização de trabalho doméstico remunerado ou não por parte da mulher representa formas concretas, ainda que diferentes, do valor-dissociação marcando, nos dois casos, um acesso ao dinheiro na forma de salário inferiorizado.

Como aponta a pesquisa de Barbosa, Galhera e Veiga (2013), esta condição não está posta para os homens inseridos no mesmo contexto laboral. As migrantes bolivianas casadas e concubinas trabalham na esfera reprodutiva não remunerada (limpeza, cozinha, crianças). Na pesquisa realizada por Barbosa, Galhera e Veiga (2013), as entrevistadas afirmaram que “as mulheres fazem tudo enquanto os homens só costuram”. Quando têm um parceiro, no entanto, combinam o trabalho produtivo e reprodutivo com o marido e mais; juntos, têm maior produtividade.

Ressaltamos, ainda, que esta obrigatoriedade em relação às atividades domésticas é um momento da *precarização* do trabalho feminino. Comentando o trabalho doméstico remunerado, em primeiro lugar, é o posto mais mal-pago da oficina de costura e cabe, unicamente, às mulheres. Em segundo lugar, no caso das ajudantes de costura que trabalham como empregadas domésticas, dificulta sua possibilidade de adquirir experiência como costureira e conseguir um trabalho mais

especialização e de maior remuneração. É também dado desta precarização que a atividade “eminente feminina” seja a de menor remuneração, dada a inferioridade da mulher no universo do trabalho abstrato colocada pelos termos do valor-dissociação. No caso das atividades domésticas não remuneradas, de característica diferente do trabalho abstrato, há uma carga maior de tarefas a ser cumprida pela mulher, que demanda seu tempo e energia.

Em relação ao trabalho doméstico das oficinas de costura, resumimos: que há uma obrigatoriedade da mulher em relação às atividades domésticas, ainda que em diferentes tipos de oficinas, elas se realizem de forma particular; para entender estas formas particulares, é necessário ter em mente a distinção entre trabalho abstrato e atividades domésticas feita por Roswitha Scholz (2000, 2004); esta diferenciação é colocada em outros termos quando as atividades domésticas remuneradas tornam-se trabalho abstrato pela mudança no sentido da relação; e há uma relação concreta entre trabalho doméstico como atividade “eminente feminina” e precarização do trabalho da mulher, que opera empiricamente a partir e sobre o valor-dissociação como princípio estrutural geral.

3. Precarização do trabalho feminino nas oficinas de costura

Nas conversas que tivemos com imigrantes e com funcionários do CAMI, apareceu diversas vezes a problemática do trabalho análogo ao escravo e das longas jornadas diárias. Segundo a instituição, trabalho escravo se caracteriza, juridicamente, pelas jornadas superiores a 12 horas, falta de documentação, moradia e trabalho no mesmo ambiente, entre outras. Portanto, todo o trabalho realizado nas oficinas de costura cairia nesta categoria. Outra preocupação, ainda, é a saúde laboral, já que a tendência é que estes trabalhadores tenham problemas musculares e respiratórios mais acentuados. Nos contaram, por exemplo, sobre uma oficina de costura que queria se regularizar e seguiu todas as recomendações do Ministério do Trabalho, a não ser reduzir as jornadas de trabalho a oito horas diárias, o que lhe impedia de conseguir a documentação oficial. O trabalho do CAMI, neste sentido, é acompanhar o “resgate” de imigrantes de oficinas clandestinas, fazendo a mediação entre os trabalhadores, a oficina e o Estado.

O argumento dos bolivianos, no entanto, é diferente. Em conversas realizadas na sala de aula, em eventos do CAMI e com os imigrantes individualmente, eles fazem uma distinção importante, entre aqueles que foram enganados e os que escolhem trabalhar desta forma. Há aqueles, principalmente das áreas rurais, que no momento da contratação recebem informações enganosas em relação ao trabalho, ao pagamento e à jornada diária. Por outro lado, há os que são avisados sobre tudo isso e ainda assim escolhem este trabalho e, ainda, preferem este trabalho

informal pela possibilidade de ganhar mais dinheiro trabalhando mais. Há também os trabalhadores autônomos, que montam suas próprias oficinas de costura, em geral familiares, ou trabalham em casa com poucas pessoas, que também se afirmam no direito de trabalhar como (e quanto) lhes convenha.

Em campo, quando um grupo de migrantes bolivianos foi confrontado com a questão das longas jornadas de trabalho e a sua caracterização como trabalho análogo ao escravo, eles rebateram com os argumentos de que vem da Bolívia sabendo como e quanto vão trabalhar e receber; que não se consideram escravos, o termo é pejorativo e eles podem escolher o quanto trabalham, não são obrigados a nada; outros defenderam que não são obrigados mas, se não trabalham, também não recebem, ou que tem contrato (falado) de horas de trabalho, então não podem escolher quando trabalhar ou não. Sobre o fato de que o seu trabalho é muito mal pago, e que se as empresas pagassem mais talvez eles pudessem trabalhar menos, eles mencionaram a concorrência: sempre há quem trabalhe por aquele preço. Uma mulher concordou com a questão dos baixíssimos valores pagos aos costureiros e outro levantou a bola da terceirização, que o terceirizado não tem direito de escolha. Fica a questão que, independente da vontade ou não do imigrante de trabalhar, as longas jornadas trazem diversos prejuízos para a saúde. Outro migrante ainda argumentou que, conversando com brasileiros, sabe que os bolivianos ganham o mesmo ou mais, porém sem considerar o fato de que trabalham as 40 horas semanais e tem acesso aos outros direitos da carteira de trabalho.

Conversando com T. e C. A., em outra ocasião, também apareceu a problemática sobre o que é ou não trabalho escravo e tráfico de pessoas. T., representando uma voz geral da comunidade boliviana com uma série de exemplos, defende que o que fazem não é trabalho escravo porque é por vontade daquele que trabalha, e que tem direito de trabalhar muito se quer ganhar muito para poder voltar logo à sua terra. Conta inclusive casos de imigrantes que deixaram a costura por um trabalho regularizado em empresa e acabaram voltando para a costura, porque aí ganham mais (por produtividade).

C. A., partindo do ponto de vista da instituição, defende os conceitos de trabalho escravo e tráfico de pessoas e usa como argumento a legislação brasileira, que o boliviano deve se ajustar às normas do país em que está. T. diferencia duas situações: em que a pessoa sabe quanto vai trabalhar e receber e aceita este acordo e, não tendo dinheiro para chegar ao país, pega emprestado para poder realizar a viagem (ela mesma fez isso por um funcionário para seu negócio), enquanto há outro caso em que o imigrante vem enganado, com promessas falsas de grandes salários e condições de trabalho muito diferentes das que encontra aqui, em que pode chegar a haver cárcere privado. T. condena a segunda, mas não a primeira; C. A. afirma que a primeira se tipifica como trabalho

análogo ao escravo por causa do número de horas; inclusive conta de uma oficina que queria se regularizar e tinha o ambiente todo de acordo com as normas (até banheiros masculino e feminino) mas não podia manter as jornadas de 14, 16 horas.

Segundo T., por isso muitos não se regularizam, porque não podem trabalhar as horas que trabalham se estão regularizados. Inclusive há um comodismo / conforto de que a oficina oferece moradia e alimentação que ajuda a juntar esse dinheiro. Muitos preferem a oficina porque ajuda a juntar mais. As condições de trabalho são precárias principalmente no que se refere a saúde, segurança e higiene. O argumento de C. A. é que não há dignidade, não é um trabalho humanizado.

Defesa parecida fez L., na ocasião de nossa conversa, sobre sua pequena oficina familiar. Disse que, por se tratar de um negócio particular, seu trabalho não pode ser considerado “escravo” mesmo que exceda as oito horas diárias. Assegura que tem garantido seu direito pessoal de escolha sobre o próprio trabalho. G., ao comentar a decisão sobre o as horas trabalho na sua própria família, reafirma a possibilidade de decisão sobre o tempo abstrato do trabalho, mas faz a ressalva de que há prazos para cumprir. Não deixam, assim, de cumprir com uma produtividade imposta por uma concorrência global que não se explicita nem se deixa ver. É, inclusive, este o argumento que usam com S. para não lhe entregar pedidos: “não damos produção”, referindo-se ao fato de que, trabalhando apenas ela e o marido, não conseguem dar conta do ritmo produtivo exigido.

Aparecem, nesta problemática, as formas concretas da crise do trabalho. Já não basta trabalhar oito horas; as jornadas precisam ser cada vez mais longas para criar possibilidades de reprodução e, ao mesmo tempo, gerar algum valor. Não resta aos trabalhadores opção que não aceitar tais condições críticas num mundo em que já não há trabalho, nem nos “oásis da valorização mundial”.

Por outro lado, as instituições de assistência não deixam de fazer a defesa do trabalho digno, do trabalho humanizado (nestes termos). O *Manifesto* critica o movimento dos trabalhadores como um movimento a favor do trabalho, e não pela sua destruição. O mesmo poderia caber aqui; que se lute, para além do trabalho formalizado, pelo fim do trabalho.

Em vez de criticar radicalmente a transformação de energia humana em dinheiro como um fim em si irracional, ele mesmo assumiu “o ponto de vista do trabalho” e compreendeu a valorização como um fator positivo e neutro. (...) A infelicidade do trabalho tornou-se orgulho falso do trabalho, redefinindo como “direito humano” o seu próprio adestramento enquanto material humano do deus moderno. (GRUPO KRISIS, 2007, p. 113)

Heidemann (2004) discute também os limites da luta por direitos, particularmente no caso dos migrantes. A luta realizada pelas instituições de apoio aos imigrantes bolivianos, em São Paulo, por documentação e por “trabalho digno” é, no limite, uma luta por trabalho e, mais que isso, um

apelo a um Estado que já não pode cumprir outra função que a de administrador da crise. Não é a toa que o autor chama de “armadilha” os direitos humanos, discurso utilizado para manter a aparência de sustentação de “um modelo civilizatório em agonia”, no limite da sua realização.

Reconhecemos portanto que estes imigrantes estão entre a cruz e a espada da reprodução crítica, em que a “escolha” se faz entre a miséria e o trabalho superexplorado, em que o problema já não é o trabalho informal, mas a impossibilidade de reprodução de uma sociedade do trabalho em colapso que exige a precarização do trabalho da forma como encontramos em campo. Por todas as considerações já feitas neste texto, entendemos ser necessário olhar como estão inseridas as mulheres neste processo de precarização.

Márcia Leite (2004), ao estudar a cadeia produtiva do setor de confecção, indica que ela pode se organizar de diversas formas, mas inclui sempre uma acentuada divisão do trabalho entre uma empresa líder, responsável pela comercialização do produto final; empresas intermediárias, que organizam a repartição dos pedidos e as oficinas de costura e trabalhadores domésticos, que realizam a produção das peças. Segundo ela, essa cadeia produtiva aponta a necessidade de precarização do trabalho no setor:

(...) [As empresas de confecção] se encontram, dessa forma, ensanduichadas entre duas redes poderosas: a varejista e a fornecedora de matéria-prima (tecido). (...) Frente à dificuldade de negociação com o fornecedor e o cliente, as empresas de confecção se vêem na contingência de economizar onde é possível, ou seja, na produção. Isso explica não só o profundo processo de terceirização que vem dominando o setor, mas sobretudo o sentido desse processo, voltado mais para a busca incessante de rebaixamento dos custos do que da elevação da qualidade. (LEITE, 2004, p. 254)

O setor se caracteriza por grandes lojas de departamento e marcas de roupa sem fábricas, sendo altamente competitivo, terceirizado e móvel, de produção manufatureira. Este modelo pressiona uma queda constante no preço destas mercadorias, violando direitos trabalhistas através de longas jornadas e péssimas condições de trabalho. O trabalho mais vulnerável neste universo é o da mulher, marcado pela discriminação de gênero. Os salários caem em decorrência da reestruturação produtiva e da concorrência com as importações. Além disso, como já mencionamos,

The apparel production process has not been dramatically transformed since the development of the commercial sewing machine in the 1800s. Mechanization has been hampered by the pliant nature of cloth and constantly changing seasons and fashions. The result is that most clothing today is made by women sitting behind individual sewing machines. Such a productive structure is highly conducive to precarious and often undocumented work, because women can work on sewing machines in factories, on street corners or in their homes. (BARBOSA, GALHERA E VEIGA, 2013)

Como citam os autores, nesse processo, as mais afetadas são as mulheres, mesmo as trabalhadoras nacionais. Para a autora, há uma preferência por um trabalho feminino mais barato e precarizado por ser realizado em domicílio, dada a necessidade destas mulheres de trabalhar em casa para cuidar das atividades de reprodução: “(...) os dados apontam a discriminação de gênero ao evidenciarem a contratação do trabalho feminino nas menores empresas, bem como a menor remuneração das mulheres em relação aos homens” (LEITE, 2004, p. 249). Ainda que a situação de brasileiras e bolivianas trabalhando na costura seja análoga, a formação destas condições particulares não deixa de ser muito diferente.

Há uma outra condição, explorada por Alice Abreu (1993) em sua pesquisa, de costureiras a domicílio individuais. Investigando o trabalho feminino na indústria de confecção da década de 1990, Abreu (1993) encontra três grupos: assalariadas de uma pequena confecção, operárias fabris e costureiras a domicílio, trabalhando em três ambientes diferentes, o ateliê, a fábrica e a casa.

Aqui, nos interessa olhar para o grupo de costureiras a domicílio, que anunciam questões mais próximas às imigrantes bolivianas na indústria de confecção. Por outro lado, uma de nossas entrevistadas, G., se encaixaria como operária fabril nesta tipologia. Neste caso, são trabalhadoras individuais, que pegam trabalhos de costura diretamente das fábricas, onde são consideradas “externas”, e realizam o trabalho de costura nas suas próprias casas. Recebem o tecido já cortado, mas muitas vezes são responsáveis por fornecer o aviamento necessário, além dos gastos domiciliares com luz, água e limpeza inclusos na fabricação das peças mas não remunerados.

Diferente do caso das oficinas, são trabalhadoras individuais, que recebem diretamente das fábricas o pedido de produção, em outra organização da cadeia produtiva da indústria de confecção. Por outro lado, muitas questões são anunciadas: a conciliação entre trabalho abstrato e trabalho doméstico; a remuneração por peça aliada à obrigação de cumprir prazos de entrega do pedido; o sentimento de ganho de autonomia pelo trabalho. Ainda assim, as costureiras a domicílio trabalham *em suas próprias casas*, o que as coloca em uma situação muito diferente das imigrantes, que vão *morar nos seus locais de trabalho*. Esta inversão é muito importante para entender as particularidades e as aproximações de cada caso.

Abreu (1993) indica também uma dificuldade nos cálculos de remuneração destas mulheres, que são pagas por peça, tendo uma renda semanal ou mensal extremamente variável; há uma sensação generalizada de que as costureiras a domicílio ganham mais que as operárias, mas em suas entrevistas a autora descobre que este não é o caso da maioria. Há uma variação na quantidade de trabalho requerido, mas em momentos de produção intensa podem chegar a jornadas de 16 a 18 horas em domicílio. Por outro lado, as costureiras sugerem que têm autonomia em relação às operárias, condição relativizada por Alice Abreu (1993):

Outro fato que faz com que as mulheres avaliem positivamente o trabalho a domicílio apesar da baixa remuneração e da grande instabilidade do trabalho é a possibilidade de controlar suas horas de trabalho. Trabalhando sozinhas, elas podem decidir quando, como e com que velocidade devem trabalhar, sem o controle direto da hierarquia fabril. Este motivo é sempre mencionado por aquelas costureiras que já têm trabalhado em fábricas e já têm experimentado o mais intenso ritmo fabril. Esta autonomia é, no entanto, relativa. Em épocas de muito trabalho as costureiras trabalham longas horas e têm que manter um ritmo puxado, ou não conseguirão acabar no prazo o trabalho daquela semana. Em períodos de menor trabalho, é possível subordinar o ritmo do trabalho remunerado ao ritmo da casa, parando para almoçar e jantar com a família e para ir buscar as crianças na escola. Apesar de vista como uma vantagem, essa subordinação ao ritmo doméstico implica em mais trabalho, pois o local das costuras tem que ser limpo várias vezes ao dia. (ABREU, 1993, p. 298)

Destacamos do trecho citado, em primeiro lugar, as considerações de “baixa remuneração e grande instabilidade” que, na pesquisa de Abreu (1993) não aparecem conscientemente para as costureiras. São os processos de produção que acontecem *às costas das sujeitas*, que não se veem inseridas em um processo de precarização de um trabalho, neste contexto, particularmente feminino. Mais que isso, o trabalho aparece sob a forma de uma autonomia, “sem o controle direto da hierarquia fabril”, ainda que estejam submetidas a ela na hora da entrega do produto e do controle de qualidade. A escolha sobre os horários de trabalho aparece como autônoma, ainda que determinada pelos prazos da fábrica.

Além disso, enquanto as operárias e trabalhadoras da pequena confecção se percebem como “qualificadas”, as costureiras a domicílio possuem “(...) uma consciência clara de que sua qualificação não é adequada para qualquer tipo de serviço” (ABREU, 1993, p. 299), adicionando outra qualidade à precarização de seu trabalho. Em termos da teoria da dissociação-valor, a costura, por ser considerada historicamente um trabalho *feminino*, ligado ao cuidado familiar e doméstico, é percebida não como um trabalho abstrato qualificado, mas como uma *qualidade* da mulher.

Alice Abreu (1993) menciona ainda a personalização das relações de trabalho, no caso das costureiras, com a supervisora da fábrica da qual recebem pedidos. Segundo a autora, esta relação é crucial pois indica a quantidade de trabalho que recebem, a flexibilidade nos prazos e facilidades no recebimento e entrega dos pedidos. No caso das oficinas de costura, esta personalização cabe à figura do dono da oficina, que pode inclusive ser um parente ou “compadre”, o que muitas vezes esconde as relações de exploração do trabalho. Esconde também relações de violência doméstica e sexual; Francisco Moreno, médico da UBS Bom Retiro nos relatou casos de abuso emocional por parte de donos de oficina sobre mulheres costureiras.

Isso indica que as mulheres bolivianas estão migrando para trabalhar em setor que não consegue se modernizar (no sentido de substituir trabalho humano por máquina), tem alta

rotatividade de produtos em função da moda e altos níveis de concorrência, especialmente em relação a países que tem leis trabalhistas flexíveis que reduzem drasticamente os custos de produção. Ou seja, que não é coincidência o aumento de mulheres em um setor extremamente precarizado. Está colocada a relação entre concorrência e precarização, a primeira como causa da segunda, em *simultaneidade* com os baixíssimos custos de produção asiáticos: “At the same time, there has been an increase in imports from Asia, which also has put pressure on jobs and wages in the Brazilian domestic market” (BARBOSA, GALHERA E VEIGA, 2013).

A partir das considerações realizadas ao longo deste trabalho, podemos entender o trabalho feminino, pela sua condição de *dissociado*, como mais sujeito à precarização, podendo ser entendida de várias formas: menor acesso ao dinheiro, falta de acesso à saúde, maior exposição a formas de violência de gênero. *Dissociadas* da esfera do trabalho abstrato, sua inserção nela é, desde a sua formação, precarizada em relação ao homem.

Nos termos da crise do trabalho após a terceira revolução industrial, seria um momento daquilo que Roswitha Scholz (2000, 2004) chamou *asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias*, em que a crise deste mesmo sistema não supera as contradições de gênero, mas antes as torna mais acirradas. Como expusemos aqui, este processo não é absoluto nem trans-histórico; antes, tem uma formação que se traduz em manifestações empíricas particulares e até mesmo contraditórias. Para o caso das mulheres bolivianas, é necessário caracterizar sua inserção nas pequenas oficinas de costura como uma precarização com claro corte de gênero, que exige ser desvendado na sua particularidade. Esperamos ter realizado apontamentos relevantes para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto deixa em aberto uma série de questões; não pretende resolvê-las ou esgotá-las todas, mas antes reconhecê-las e colocá-las em debate. Muitos apontamentos feitos aqui precisariam ainda ser desdobrados, aprofundados, ao mesmo tempo que nos reconhecemos no limite de um trabalho de graduação espremido entre os prazos da academia. Por isso, a perspectiva é a continuidade desta pesquisa, ampliando o trabalho de campo e as possibilidades teóricas de pensar sobre ele. O texto apresentado exige também ser criticado naquilo que não está “em aberto”, mas que constitui verdadeiros buracos.

Um aspecto a desenvolver é a questão de gênero, conseguindo fazer a passagem de um estudo de migração feminina, como o que fizemos aqui, para um estudo de *migração e gênero*, que consiga pensar a mobilidade do trabalho não apenas do ponto de vista da mulher, mas como estruturada por este princípio estrutural geral do valor-dissociação, no que cabe também criticar deste conceito.

Além disso, entre todas as questões que surgiram nestes dois anos, nos chama atenção que as trajetórias de migração destas mulheres sejam marcadas tanto por percepções de autonomia quanto de violência, o que define seus projetos de permanência e retorno após a migração e pode esconder diversas formas concretas da dissociação de gênero, ou ainda uma diferenciação entre violência econômica e extra econômica. A autonomia precisaria ser ainda definida, tanto pela percepção subjetiva das migrantes como no seu caráter crítico de acesso ao dinheiro e ao trabalho.

Para isso, faltam conversas e faltam leituras. Sugerimos, a título de finalização deste TGI, as perguntas que nos ficam neste momento:

i) A quais formas de violência estão submetidas estas mulheres? Como as trajetórias destas mulheres são afetadas por estes momentos de violência? Como elas veem as próprias experiências de violência? O trabalho é visto por estas mulheres como uma violência? Essa diferença entre violência econômica e extra econômica é percebida no cotidiano por estas mulheres imigrantes? Qual o lugar que a violência econômica e extra-econômica ocupam no colapso? São elas um momento necessário do colapso? Como o estudo destas formas particulares de violência ajuda a pensar o princípio estrutural geral da dissociação-valor? A violência de gênero é moderna? Ou: como pensar a violência de gênero de uma forma não ontológica? A precarização do trabalho, particularmente do trabalho feminino, pode ser pensada como um momento da violência? De onde vem a violência contra a mulher imigrante boliviana em São Paulo? Quais os sujeitos desta violência? Quais as relações de poder implicadas na realização destas violências?

ii) Há uma visão por parte delas de que há um ganho de autonomia a partir da migração? Em que termos? Qual a diferença entre o que é chamado de autonomia e o que é chamado de empoderamento? Como pensar as análises de empoderamento da migração de mulheres? Qual a visão destas mulheres dos chamados processos de autonomia? Como elas se sentem em relação ao trabalho e ao dinheiro como momentos desta autonomia? Quais os limites de uma autonomia / empoderamento pelo dinheiro e pelo trabalho? Em que momento essas mulheres dizem que se sentem independentes / autônomas? Quais são as condições? Sentem em outro momento uma perda desta autonomia? Sentem que o ganho de autonomia está ligado à migração? O sentimento de autonomia está ligado a um “sucesso” do projeto migratório? Esta autonomia / empoderamento contradiz a dissociação-valor como princípio estrutural geral? A autonomia é o “outro lado” dos processos de violência?

iii) É possível pensar a autonomia e a violência como momentos contraditórios das trajetórias de migração feminina? Os processos de autonomia e violência podem ser simultâneos na vida destas mulheres? Em que termos? Qual a relação destes processos de autonomia e violência com a mobilidade? Por que tratar deles a partir da migração? Como a trajetória de migração determina particularmente estes processos? Elas veem finitude nos processos de violência e de autonomia? Como a família está ligada tanto aos processos de violência como os de autonomia? Como esta leitura dos processos de autonomia e de violência vivenciados por mulheres imigrantes pode nos ajudar a desvendar qual o lugar que a mulher ocupa no colapso da modernização? E a mobilidade do trabalho?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Trabalho e qualificação na indústria de confecção. *Estudos feministas*. Vol. 1, no. 2, 1993, pp. 293-305.

ALMEIDA, Táli. *As imigrantes sul-americanas em São Paulo: o trabalho feminino na construção de trajetórias transnacionais*. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência para Análise da Integração da América Latina) – Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2013.

ALMEIDA, Gabriela e BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, Rosana (org.) *Migração internacional*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013, pp. 23-34.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007, pp. 745-772.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, Rosana (Org.) *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

_____. Notas acerca das migrações internacionais no século XXI. In: BAENINGER, Rosana (org.) *Migração internacional*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013, pp. 9-22.

BAENINGER, Rosana e SOUCHAUD, Sylvain. *Migração Sul-Sul: velhas questões e novos desafios para os espaços fronteiriços e metropolitanos*. 31º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambú – MG, 2007.

BARBOSA, Alexandre de Freitas, GALHERA, Katiuscia e VEIGA, João Paulo. *Precairious work: the case of Bolivian women workers in the apparel sector in the city of São Paulo*. Documento interno. 2013.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al (org). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, pp. 319-367.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CEPALSTAT. Dados disponíveis em:

http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/perfilesNacionales.asp?idioma=e (acesso em 11/01/2015)

CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007, pp. 119-133.

DIAS, Marcela. *A particularidade do emprego doméstico no processo de formação do mercado de trabalho no Brasil: um estudo de caso em São Paulo*. 2013. 95 p. Trabalho de Graduação Individual (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DUTRA, Delia. Mulheres migrantes peruanas em Brasília: O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. 2012. 236 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2012.

FAVARETTO, Júlia Spiguel. *Descolonizando saberes: Histórias de bolivianos em São Paulo*. 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e trabalho: determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade de São Paulo*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú – MG, 2010.

_____. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção. In:

BAENINGER, Rosana (Org.) *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

_____. Trajetórias laborais / residenciais dos locais de origem e projeto migratório – a migração boliviana para o setor de confecção da cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana e DEDECCECA, Claudio (org.) *Processos migratórios do estado de São Paulo: estudos temáticos*. Coleção Por dentro do estado de São Paulo, v. 10. Campinas, Nepo / Unicamp: 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1997.

GIRONDO, Oliverio. *Veinte poemas para ser leídos en el tranvía y otras obras*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

GRUPO KRISIS. Manifesto contra o trabalho. In: CAPRA, Paulo. *Abaixo ao trabalho*. Porto Alegre: Deriva, 2007, pp. 85-146.

HANSON, Susan e MONK, Janice. On not excluding half of the human in Human Geography. In: FALCONER AL-HINDI, K. e MOSS, P. (org). *Feminisms in Geography*. EUA: Rowan and Littlefield Publishers, 2008, pp. 33-48.

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (SPM). *Migrações: discriminações e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: SILVA, Sidney Antonio da (org). *Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010, pp. 15-33.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, pp. 595-609.

ILLES, Paulo e PLAZA, Jorge Moncada. *Declaração de La Paz*. 2005. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=39384>>. Acesso em 15/04/2013.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (org.) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000. Tradução de Miriam Nobre, 2003.

KURZ, *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. O desfecho do masoquismo histórico. In: KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 271-277.

_____. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.) *Travessias na desordem global – Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves et al. *A mobilidade revisitada: capital, trabalho e subjetivação*. XIII Simpósio de Geografia Urbana, Rio de Janeiro – RJ, 2013. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT05_Ana.pdf (acesso em 09/12/2014)

LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Trabalho, educação e saúde*, 2 (1): 239-265, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEGALE, Januário Francisco (Org.) *Max Sorre: geografia*. São Paulo: Ática, 1984.

MENEZES, Marilda A, de e SILVA, Maria A. Moraes. Migrantes temporários: fim dos narradores? In: HEIDEMANN e SILVA (org) *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*, Coletânea de

textos do Simpósio Internacional (São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999). São Paulo: Humanitas / USP, 1999, pp. 68-85.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

NÓBREGA, Ricardo. Migração e mobilização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo. In: DOMINGUES, José Maurício et al (org). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 181-206.

PERES, Roberta Guimarães. *Mulheres na fronteira: A migração de bolivianas para Corumbá – MS*. 2009. 211 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. Imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. In: BAENINGER, Rosana (Org.) *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

_____. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: BAENINGER, Rosana e DEDECCA, Claudio (org.) *Processos migratórios do estado de São Paulo: estudos temáticos*. Coleção Por entro do estado de São Paulo, v. 10. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013, pp. 609-619.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008, pp. 263-274.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. In: *Experimental*, n. 2, pp. 11-24, março, 1997.

RAVENSTEIN, Ernest George. The Laws of Migration. In: *Journal of the Statistical Society of London*. Volume XLVIII. Londres, 1885. Tradução em MOURA, H., 1980, pp. 19-88.

REZERA, Danielle do Nascimento. *Gênero e trabalho: Mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010*. 2012. 209 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, v. 3, São Paulo, ABEP, 1992, pp. 119-144.

SCHOLZ, *O valor é o homem*.

SCHOLZ, Roswitha. *Das Geschlecht des Kapitalismus*. Bonn, Horlemann: 2000. Tradução disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/livro_sexo_capitalismo.htm>. Acesso em 15/04/2013.

_____. A nova crítica social e o problema das diferenças. 2004. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz3.htm>>. Acesso em 28/02/2014.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas: 1997.

_____. A migração dos símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, 2005.

_____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006.

SILVEY, Rachel. *Power, difference and mobility: feminist advances in migration studies*. *Progress in Human Geography* 28, 4 (2004) pp. 1-17.

_____. *Geographies of gender and migration: spatializing social difference*. *IMR Volume 40 Number 1* (2006) pp. 64-81.

SOUCHAUD, Sylvain. Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte et al (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo, Alameda: 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VACAFLORES, Victor. *Migración interna e intraregional en Bolivia: una de las caras del neoliberalismo* Revista Aportes Andinos No 7. Globalización, migración y derechos humanos. Outubro 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. Migração e mobilidade na crise contemporânea da modernização. In: HEIDEMANN e SILVA (org.) *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*, Coletânea de textos do Simpósio Internacional (São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999). São Paulo: Humanitas / USP, 1999, pp. 11-30.

VIEZZER, Moema. “*Si me permiten hablar...*”. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

WANDERLEY, Fernanda. A Bolívia entre a mudança e a inércia: regime de emprego e de bem-estar social nos últimos vinte anos. In: DOMINGUES, José Maurício et al (org.) *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editoria UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 161-180.